

Rede Energia Participações S/A
Notas explicativas às informações trimestrais
para o período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Rede Energia Participações S/A (“Rede Energia” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas.

Atividades:

Distribuição de energia elétrica

A Rede Energia possui o direito de explorar diretamente as concessões de distribuição, sendo seus principais contratos:

Controladas	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”) ⁽¹⁾	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027

⁽¹⁾ A controlada EMT operava a Usina Termelétrica Guariba, localizada no município de Colniza, com capacidade instalada e utilizada de 2,45 MW, tendo entrado em operação em 11 de junho de 2007. Em 28 de agosto de 2022 a UTE Guariba foi desligada e o sistema que a mesma supria foi interligado ao Sistema Interligado Nacional - SIN, encerrando o atendimento por meio de sistema isolado na área de concessão da EMT

As distribuidoras controladas ESS, EMT e EMS são sociedades anônimas de capital aberto enquanto a controlada ETO é uma empresa de capital fechado. Especificamente a controlada EMT, por ser da categoria A da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, possui suas ações negociadas na bolsa de valores - B3. O objetivo principal destas distribuidoras é operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 15 e 28, respectivamente.

Serviços

A sua controlada Multi Energisa Serviços S/A (“Multi Energisa”), tem como natureza a prestação de serviços de construção, operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

Comercialização de energia elétrica

A controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”) operou na comercialização de energia elétrica até 27 de novembro de 2012, quando teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Recuperação judicial de controladas

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) - incorporada posteriormente pela Denerge em 22 de novembro de 2019, e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29 de julho de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi interposto agravo em recurso especial pelo credor, o qual foi julgado prejudicado por perda do objeto em decisão proferida no dia 07 de fevereiro de 2022, sendo que contra essa decisão o credor não interpôs novo recurso. No momento aguarda-se o arquivamento definitivo da Recuperação Judicial.

A posição em 30 de setembro de 2022 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza em R\$377.683 (R\$343.801 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$219.463 (R\$198.602 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a empréstimos, R\$79.189 (R\$74.158 em 31 de dezembro de 2021) a debêntures e R\$79.031 (R\$71.041 em 31 de dezembro de 2021) a outras contas a pagar, são como segue:

Descrição	Rede Energia	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	236.031	80.407	316.438
(+) Atualização ⁽¹⁾	4.457	961	5.418
Reversão de provisão ajuste a valor presente ^{(1) e (2)}	31.395	(4.033)	27.362
(-) Liquidação / Cessão de Créditos	(4.456)	(961)	(5.417)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	267.427	76.374	343.801
(+) Atualização ⁽¹⁾	8.530	2.605	11.135
Reversão de provisão ajuste a valor presente ^{(1) e (2)}	21.480	6.684	28.164
(-) Liquidação / Cessão de Créditos	(4.456)	(961)	(5.417)
Saldos em 30 de setembro de 2022	292.981	84.702	377.683

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período/exercício na controladora e consolidado.

(2) Ajuste a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e pela controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia e sua controlada consideram como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021”), publicadas na imprensa em 25 de março de 2022.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de novembro de 2022.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

3. Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas compreendem a companhia Rede Energia e suas controladas. O controle é obtido quando a Rede Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação às investidas.

Especificamente, a Rede Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Rede Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Rede Energia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a mesma deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Rede Energia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando

necessário, são efetuados ajustes nas informações financeiras intermediárias das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/09/2022	31/12/2021
<u>Controladas diretas</u>			
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A.	Distribuição de energia	76,67	76,67
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	Distribuição de energia	57,68	57,68
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	Distribuição de energia	64,01	64,01
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A ⁽¹⁾	Distribuição de energia	99,25	99,25
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Comerc. Energia	99,98	99,98
Rede Power do Brasil S/A ⁽²⁾	Holding	99,99	99,99
QMRA Participações S/A	Holding	100,00	100,00
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	99,90	99,90
<u>Controlada indireta</u>			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A ^{(1) e (2)}	Distribuição de energia	35,92	35,92

⁽¹⁾ Companhia aberta; e

⁽²⁾ A Rede Power é controlada pela Rede Energia e possui 35,92% de participação na controlada EMS.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das companhias consolidadas; e
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as companhias.

4. Informações por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição de energia elétrica, e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	30/09/2022		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	11.363.320	-	11.363.320
Receitas Intersegmentos	-	32.264	32.264
Total	11.363.320	32.264	11.395.584
Receitas Financeiras	551.203	33.567	584.770
Despesas Financeiras	(1.177.974)	(64.082)	(1.242.056)
Total	(626.771)	(30.515)	(657.286)
Amortização e depreciação	(509.837)	(862)	(510.699)
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	2.073.114	(21.573)	2.051.541

	30/09/2021		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	11.127.319	-	11.127.319
Receitas Intersegmentos	-	30.362	30.362
Total	11.127.319	30.362	11.157.681
Receitas Financeiras	742.848	16.479	759.327
Despesas Financeiras	(1.061.605)	(32.530)	(1.094.135)
Total	(318.757)	(16.051)	(334.808)
Amortização e depreciação	(471.839)	(1.351)	(473.190)
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	2.022.448	(8.605)	2.013.843

	Distribuição	Serviços	30/09/2022	31/12/2021
Ativos dos segmentos	24.957.106	510.463	25.467.569	24.651.314
Ativo circulante	7.039.906	442.834	7.482.740	7.271.196
Ativo não circulante	17.917.200	67.629	17.984.829	17.380.118
Passivos dos segmentos	18.314.522	1.147.395	19.461.917	19.361.915
Passivo circulante	5.303.969	26.513	5.330.482	5.383.310
Passivo não circulante	13.010.553	1.120.882	14.131.435	13.978.605

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receita				
Receita líquida total de segmentos	3.833.074	11.395.584	4.481.098	11.157.681
Eliminação de receitas intersegmentos	(10.753)	(32.264)	(10.079)	(30.362)
Receita líquida consolidada	3.822.321	11.363.320	4.471.019	11.127.319
Amortização e depreciação				
Amortização e depreciação total de segmentos	(178.212)	(510.699)	(159.125)	(473.190)
Depreciação e amortização consolidada	(178.212)	(510.699)	(159.125)	(473.190)
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos	194.252	584.770	128.364	759.327
Eliminação de receitas intersegmentos	(15)	(39)	(8)	(17)
Receita financeira consolidada	194.237	584.731	128.356	759.310
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos	(498.693)	(1.242.056)	(368.448)	(1.094.135)
Eliminação de despesa intersegmentos	15	39	8	17
Despesa financeira consolidada	(498.678)	(1.242.017)	(368.440)	(1.094.118)
Lucros				
Totais de lucros dos segmentos	489.773	2.051.541	685.117	2.013.843
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	489.773	2.051.541	685.117	2.013.843

	30/09/2022	31/12/2021
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	25.467.569	24.651.314
Outros valores não alocados	(16.526)	(9.474)
Total Ativo consolidado	25.451.043	24.641.840
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	19.461.917	19.361.915
Outros valores não alocados	(16.526)	(9.474)
Total passivo consolidado	19.445.391	19.352.441

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira na controladora em 31 de dezembro de 2021 foi de 100,5% do CDI e no consolidado, em 30 de setembro de 2022, equivale a 96,9% do CDI (85,7% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários à vista	960	909	138.927	133.783
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	7.274	11.225	10.771
Operações compromissadas	-	-	1.105	131.218
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	960	8.183	151.257	275.772

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: Certificados de Créditos Bancários (CCBs), fundos de renda fixa, NTNB, dentre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 30 de setembro de 2022 equivale a 102,3% do CDI (117,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021) na controladora e 102,7% do CDI (123,1% do CDI em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	21.889	40.386
Fundos de Investimento ⁽¹⁾	31	29	79.676	17.863
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.433	954	13.144	10.260
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	126	108	1.152	618
Compromissadas	12.858	-	57.936	-

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Fundo Multimercado	21.444	2.845	93.294	9.680
Fundo de Renda Fixa	208.122	52.344	1.276.609	328.834
Letra financeira do tesouro (LFT)	15.902	74.177	58.947	302.465
Letra financeira (LFNP)	1.978	-	9.155	-
Letra financeira (LF)	34.409	27.751	146.090	114.545
Letra financeira (LFP)	-	342	-	1.165
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	4.920	5.388	20.802	18.332
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	31.850	39.815	150.370	233.039
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	2.410	2.829	10.189	9.628
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽³⁾	-	-	65.055	88.575
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁴⁾	335.483	206.582	2.004.308	1.175.390
Circulante	335.483	206.582	1.939.253	1.086.815
Não circulante	-	-	65.055	88.575

- (1) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -38,9% a 114,6% (94,5% a 170,5% em 31 de dezembro de 2021) e média ponderada 79,4% (98,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI.
- (2) Fundo de investimentos exclusivos (fundos de investimentos exclusivos do Grupo Energisa) - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Compromissadas, Fundo Multimercado, LFT, LFNP, LF, LFP, LTN, NTNF e NTNB são remuneradas 108,7% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 103,3% do CDI Fundo BB Energisa, 104,1% (138,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 102,2% (117,3% em 31 de dezembro de 2021), do CDI Fundo Zona da Mata, 100,8% (127,8% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo Cataguases e (107,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo FI Energisa.
- (3) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01 de outubro de 2034.
- (4) Inclui na controladora R\$31 (R\$29 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado, R\$173.385 (R\$146.849 em 31 de dezembro de 2021) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2022
Bloqueio judicial credores	31	29	2.696	2.483
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	65.055	88.575
Programa Luz para todos	-	-	92.404	54.569
Outros	-	-	1.762	1.222
Total	31	29	161.917	146.849

6. Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Saldo a vencer		Saldo vencido				PPECLD ⁽⁵⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/09/2022	31/12/2021
Valores correntes:									
Residencial	323.088	-	288.840	55.504	11.064	20.840	(100.513)	598.823	682.647
Industrial	117.180	-	24.419	2.815	5.716	35.045	(35.045)	150.130	127.550
Comercial	155.523	-	60.133	12.805	11.194	34.466	(46.359)	227.762	264.037
Rural	126.745	-	42.831	10.829	22.180	10.107	(11.250)	201.442	197.868
Poder público	70.932	-	10.815	1.152	879	6.891	(6.891)	83.778	83.110
Iluminação pública	39.173	-	5.970	900	784	3.633	(4.680)	45.780	59.246
Serviço público	36.850	-	6.448	5.573	6.675	64.842	(73.628)	46.760	41.352

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽⁵⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/09/2022	31/12/2021
Fornecimento não faturado	1.540.923	-	-	-	-	-	-	1.540.923	1.393.390
Arrecadação Processo Classificação	31.404	-	-	-	-	-	-	31.404	20.552
Valores renegociados:									
Residencial	37.335	55.381	41.343	15.361	14.962	63.211	(131.145)	96.448	149.958
Industrial	4.354	17.065	3.221	1.538	1.352	9.812	(19.127)	18.215	15.897
Comercial	10.661	74.171	9.102	3.777	4.142	21.846	(48.921)	74.778	78.885
Rural	6.629	9.792	11.046	1.769	2.619	5.465	(20.842)	16.478	20.057
Poder público ⁽¹⁾	9.023	100.439	640	42	2	1.447	(1.488)	110.105	117.831
Iluminação pública	1.720	9.656	57	28	-	80	(108)	11.433	12.254
Serviço público	360	129	540	123	65	3.504	(3.972)	749	1.318
(-) Ajuste valor Presente ⁽²⁾	(1.573)	(60.204)	-	-	-	-	-	(61.777)	(62.275)
Subtotal -clientes	2.510.327	206.429	505.405	112.216	81.634	281.189	(503.969)	3.193.231	3.203.677
Suprimento Energia - Moeda Nacional ⁽³⁾	26.942	-	-	-	-	21.027	-	47.969	128.449
Outros ⁽⁴⁾	128.090	-	572.511	62.631	15.594	236.784	(100.621)	914.989	683.640
Total	2.665.359	206.429	1.077.916	174.847	97.228	539.000	(604.590)	4.156.189	4.015.766
Circulante								3.198.812	3.199.246
Não Circulante								957.377	816.520

(1) **Poder Público:** a controlada EMT realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042). Em 30 de setembro de 2022 o valor a receber referente a esse crédito monta em R\$83.306 (R\$85.349 em 31 de dezembro de 2021).

(2) **Ajuste a valor presente:** calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

(3) **Suprimento de energia - moeda nacional:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Composição dos saldos da CCEE	30/09/2022	31/12/2021
Créditos a vencer	26.942	107.422
Créditos vinculados a liminares ^(a)	21.027	21.027
Subtotal créditos CCEE	47.969	128.449
(-) Aquisições de energia na CCEE	(87.741)	(92.629)
(-) Encargos de serviços do sistema ^(b)	(1.340)	(356.181)
Total débitos CCEE	(41.112)	(320.361)

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. As controladas EMS, ETO e ESS não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(b) Vide nota explicativa nº 18.

(4) **Outros:** inclui serviços taxados, ICMS originado de geração distribuída e outros valores a receber de consumidores, destaca-se entre eles:

ICMS incidente sobre a TUSD: as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$689.626 (R\$555.217 em 31 de dezembro de 2021) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares e em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais (nota explicativa nº 21) no passivo não circulante no consolidado. Inclui, também, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

Controladas	ICMS - TUSD
Energisa Mato Grosso	509.102
Energisa Tocantins	113.717
Energisa Sul Sudeste	40.846
Energisa Mato Grosso do Sul	25.961
TOTAL	689.626

ICMS Demanda - Controlada EMT: inclui R\$81.191 de ICMS incidente sobre a demanda de energia decorrentes de autuações do Estado sob o argumento de que a controlada cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS. Em 23 de setembro de 2021 a controlada firmou o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, do débito integral com a adesão ao REFIS. A controlada irá ingressar com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração da controlada tem constituído provisão de perdas esperadas de R\$81.191 em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada.

ICMS Geração Distribuída - Controlada EMT: parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD) no valor de R\$101.809 e uma provisão de perda esperada estimada em R\$2.192. A realização do ativo se dará pela cobrança dos valores a serem efetuados junto aos consumidores;

- (5) **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPCELD):** a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	30/09/2022	31/12/2021
Saldo em 31/12/2021 e 31/12/2020	577.628	653.314
Provisões, deduzidas de reversões, constituídas no período/exercício	184.806	50.570
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(145.598)	(126.256)
Saldo em 30/09/2022 e 31/12/2021	616.836	577.628
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	604.590	562.197
Títulos de créditos a receber	3.687	3.687
Outros créditos - outros (vide nota explicativa nº 10)	8.559	11.744
	616.836	577.628

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	254.325	183.799
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	21.873	21.000	292.648	247.085
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	214	560	38.633	53.586
Contribuições ao PIS e a COFINS	-	-	86.814	115.077
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	-	-	2.283.536	2.397.077
Outros	4.100	5.908	50.440	39.053
Total	26.187	27.468	3.006.396	3.035.677
Circulante	11.924	4.473	1.228.634	576.463
Não circulante	14.263	22.995	1.777.762	2.459.214

⁽¹⁾ Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS; a composição do saldo segue conforme tabela abaixo:

Controladas	30/09/2022	31/12/2021
Ações judiciais com trânsito em julgado:		
ETO	177.474	219.315
EMT	1.216.048	1.254.231
ESS	75.550	-
EMS	501.848	531.498
Subtotal	1.970.919	2.005.044
Ações judiciais não transitada em julgado:		
ESS	312.617	392.033
Subtotal	312.617	392.033
Total	2.283.536	2.397.077

As controladas de distribuição de energia elétrica possuem créditos de PIS e COFINS a recuperar em 30 de setembro de 2022 de R\$2.283.536 (R\$2.397.077 em 31 de dezembro de 2021), referente a exclusão do ICMS na base de cálculo daquelas contribuições, referentes ações judiciais com trânsito ou não em julgado.

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais o que proporcionou o reconhecimento contábil no consolidado de créditos e de obrigações em contrapartida a demonstração do resultado do período/exercício no consolidado. Os respectivos valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$93.904 (R\$ 458.213 em 30 de setembro de 2021), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

As controladas ETO, EMT, EMS e ESS tiveram seus créditos habilitados pela RFB e as compensações realizadas ao longo do período findo em 30 de setembro de 2022 totalizando R\$351.514 (R\$86.616 em 31 de dezembro de 2021).

8. Reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos - consolidado

8.1. Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 3.012, de 05 de julho de 2022	11,52%	12/07/2022
ETO	Resolução 3.054, de 28 de junho de 2022	14,78%	04/07/2022
EMS	Resolução 3.021, de 12 de abril de 2022	18,16%	16/04/2022
EMT	Resolução 3.022, de 12 de abril de 2022	22,55%	16/04/2022

8.2. Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: a cada cinco anos na ETO, EMT, EMS e ESS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.893, de 06 de julho de 2021	9,84%	12/07/2021
EMS	Resolução 2.380, de 03 de abril de 2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03 de abril de 2018	11,53%	08/04/2018
ETO	Resolução 2.720, de 03 de julho de 2020	7,17%	04/04/2020

Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Revisões Tarifárias Extraordinárias - controladas EMT e EMS

Em 26 de julho de 2022 a ANEEL, aprovou as Revisões Tarifárias Extraordinárias (RTE's) das controladas distribuidoras de energia elétrica EMT e EMS em conformidade com o disposto na Lei nº 14.385 de 27 de junho 2022, que trata da devolução, aos consumidores, de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

Essas revisões tarifárias extraordinárias utilizam créditos tributários de PIS/Confins. A devolução é possível devido à decisão judicial favorável obtida pelas controladas para reduzir a base de cálculo das contribuições. Essas ações já foram julgadas e os créditos tributários foram habilitados pela Receita Federal do Brasil - RFB, o que dá segurança jurídica para sua aplicação. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 27 de julho de 2022.

No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, das controladas EMT e EMS já havia sido antecipado parte do valor, mesmo sem a habilitação do crédito junto à RFB. Assim, nessas RTE's estão sendo considerados os valores referentes aos próximos 09 meses até processo tarifário em abril de 2023.

RTE's

Distribuidoras	Resoluções Homologatórias	Notas Técnicas	Efeito Médio RTE's	Alta Tensão (AT)	Baixa Tensão (BT)
EMT	3.075	137	-1,38%	-1,33%	-1,40%
EMS	3.074	138	-1,30%	-1,27%	-1,31%

Créditos de Pis/Cofins nas RTA's e RTE's

Distribuidoras	Resoluções Homologatórias	Notas Técnicas	Créditos de Pis/Cofins (RTA's)	Créditos de Pis/Cofins (RTE's)	Total
EMT	3.075	137	230.000	89.110	319.110
EMS	3.074	138	101.000	50.740	151.740

8.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh	R\$/Kwh (2) REH 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/Kwh Resolução nº 3/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 ⁽³⁾
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez hídrica	-	-	14,20	-

- ⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 30 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021, até 30 de junho de 2022.
- ⁽²⁾ A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022;
- ⁽³⁾ A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	30/09/2022	30/09/2021
Janeiro	Escassez hídrica	Amarela
Fevereiro	Escassez hídrica	Amarela
Março	Escassez hídrica	Amarela
Abril ⁽¹⁾	Escassez Hídrica/Verde	Amarela
Maio	Verde	Vermelha Patamar 1
Junho	Verde	Vermelha Patamar 1
Julho	Verde	Vermelha Patamar 2
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 2
Setembro	Verde	Escassez Hídrica

⁽¹⁾ Vide tópico Bandeira Escassez Hídrica

Bandeira Escassez Hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

A aplicação da Bandeira de Escassez Hídrica foi finalizada em 16 de abril de 2022, conforme posição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Ofício Circular nº 6/2022-DR/ANEEL de 11 de abril de 2022.

8.4. Programa de incentivo a redução voluntária de consumo de energia elétrica:

Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorará por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados pelas controladas distribuidoras de energia elétrica R\$158.236 em bônus de redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores. Os valores foram repassados aos consumidores durante o período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2022. Em 30 de setembro de 2022, as controladas possuem valores a receber registrados em outros créditos no ativo circulante, bem como obrigação de repasse aos consumidores registrado em outros passivos no passivo circulante, detalhados conforme segue:

Controladas	Bônus de Consumo			
	Ativo		Passivo	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
EMT	786	69.345	2.378	69.345
EMS	410	35.478	1.013	35.478
ESS	266	32.072	323	32.072
ETO	242	21.341	318	21.341
Total	1.704	158.236	4.032	158.236

8.5. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, o Grupo Energisa encontra-se bem posicionado.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

- 1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer nº 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
- 2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência;

- 3) Em agosto de 2022, a Diretoria da Aneel, através do Despacho 2.168/2022, acatou os pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020 e revisou os montantes de involuntariedade das distribuidoras para os anos de 2016 e 2017.

Após a publicação do Despacho 2.168/2022, a Administração atualizou as suas estimativas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um saldo passivo de R\$48.805 (R\$81.200 em 31 de dezembro de 2021).

Dos valores reconhecidos no resultado do período, foi contabilizado na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização o montante de R\$33.815 e R\$1.420 de atualização financeira devedora, registrado no resultado financeiro.

Controladas	Saldos 31/12/2021	Receita operacional bruta - constituição e amortização CVA ativa e passiva ⁽¹⁾	Atualização Financeira	Saldos 30/09/2022
EMT	(75.600)	32.258	(1.886)	(45.228)
EMS	3.100	(197)	976	3.879
ESS	22.900	1.771	2.159	26.830
ETO	(31.600)	(17)	(2.669)	(34.286)
Total	(81.200)	33.815	(1.420)	(48.805)

⁽¹⁾ Ajustes calculados de acordo com a Despacho Aneel nº 2.168/2022. Os dados estão apresentados na rubrica Ativos e Passivos Financeiros Setoriais - Sobrecontratação de Energia.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais - consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldos em 31/12/2021	Receita Operacional		Resultado do Financeiro	Transferência	Saldos em 30/09/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	169.651	(190.921)	(18.874)	34.209	(621)	(6.556)	-	(6.556)	(8.490)	1.934
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	7.586	37.215	(8.329)	1.158	(36.116)	1.514	-	1.514	728	786
Transporte de energia elétrica - rede básica	151.500	110.650	(48.784)	1.105	(142.748)	71.723	-	71.723	29.673	42.050
Transporte de energia elétrica Itaipu	4.638	6.172	(1.069)	195	(4.567)	5.369	-	5.369	2.160	3.209
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.549	214.034	(18.569)	6.020	(137.091)	71.943	-	71.943	33.932	38.011

Ativos Financeiros Setoriais	Saldos em 31/12/2021	Receita Operacional		Resultado do Financeiro	Transfêrencia	Saldos em 30/09/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽²⁾	707.188	(526.966)	(128.039)	591	(314.043)	(261.269)	-	(261.269)	(124.378)	(136.891)
Bandeiras Tarifárias - CCRBT ⁽³⁾	-	(3.449)	-	-	3.379	(70)	-	(70)	(70)	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da parcela A ⁽⁴⁾	18.262	(2.300)	(4.872)	(114)	(10.556)	420	-	420	(1.334)	1.754
Sobrecontratação de energia ⁽⁵⁾	101.661	231.894	1.632	2.324	(157.024)	180.487	-	180.487	70.328	110.159
CUSD	2.921	7	(1.064)	(111)	(1.747)	6	-	6	3	3
Exposição de submercados ⁽⁶⁾	45.351	(382)	(12.668)	483	(33.178)	(394)	-	(394)	(182)	(212)
Garantias financeiras ⁽⁷⁾	2.768	1.828	(849)	133	(2.862)	1.018	-	1.018	375	643
Saldo a compensar ⁽⁸⁾	8.628	43.261	(9.357)	89	(33.359)	9.262	-	9.262	3.695	5.567
Outros itens financeiros ⁽⁹⁾	373.161	120.346	373.448	39.474	(348.264)	558.165	-	558.165	200.353	357.812
Total Ativo	1.600.864	41.389	122.606	85.556	(1.218.797)	631.618	-	631.618	206.793	424.825

Passivos Financeiros Setoriais	Saldos em 31/12/2021	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrencia	Saldos em 30/09/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	108.854	24.470	(96.236)	(1.141)	(621)	35.326	10.478	24.848	16.490	18.836
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽²⁾	-	3.231	210.884	248	(314.043)	(99.680)	(108.893)	9.213	(106.664)	6.984
Transporte de energia elétrica - rede básica	6.195	(4.017)	33.918	9	(142.748)	(106.643)	(99.048)	(7.595)	(100.885)	(5.758)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	45.947	(19)	18.758	(88)	(137.091)	(72.493)	(69.815)	(2.678)	(70.462)	(2.031)
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	(92)	12.007	-	(36.116)	(24.201)	(24.105)	(96)	(24.128)	(73)
Transporte de energia elétrica Itaipu	777	-	325	-	(4.567)	(3.465)	(3.465)	-	(3.465)	-
Bandeiras Tarifárias - CCRBT ⁽³⁾	-	(3.368)	-	-	3.379	11	-	11	11	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽⁴⁾	9.712	4.445	(5.462)	28	(10.556)	(1.833)	(7.009)	5.176	(5.757)	3.924
Sobrecontratação de energia ⁽⁵⁾	183.174	2.475	(15.805)	773	(157.024)	13.593	1.246	12.347	4.234	9.359
Garantias financeiras ⁽⁷⁾	-	(176)	1.009	(7)	(2.862)	(2.036)	(1.808)	(228)	(1.863)	(173)
-Devoluções tarifárias ⁽⁸⁾	293.011	79.684	(19.465)	26.513	-	379.743	17.852	361.891	190.085	189.658
CUSD	3.163	(8)	281	(1)	(1.747)	1.688	1.708	(20)	1.703	(15)
Exposição de submercados ⁽⁶⁾	-	26	23.328	-	(33.178)	(9.824)	(9.855)	31	(9.847)	23
Saldo a compensar ⁽⁹⁾	1.730	514	9.865	6	(33.359)	(21.244)	(23.715)	2.471	(23.117)	1.873
Outros itens financeiros ⁽¹⁰⁾	81.372	114.240	567.169	47	(348.264)	414.564	404.313	10.251	415.759	(1.195)
Total Passivo	733.935	221.405	740.576	26.387	(1.218.797)	503.506	87.884	415.622	282.094	221.412
Saldo Líquido	866.929	6	(617.970)	59.169	-	128.112	(87.884)	215.996	(75.301)	203.413

(1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.

- (3) **Bandeiras Tarifárias - CCBRT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCBRT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

Os valores repassados pelas Controladas referentes às Bandeiras Tarifárias no período findo em 30 de setembro de 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCBRT, tem o montante de R\$24.037 (R\$28.005 em 30 de setembro de 2021).

- (4) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (5) **Sobrecontratação de energia:** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (6) **Exposição de submercados:** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre submercados.
- (7) **Garantias financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. nº 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (8) **Devoluções tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- (9) **Saldo a compensar** - (CVA do ciclo anterior): conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (10) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como diferimentos financeiros, compensação de créditos de ICMS, e repasse de Compensação DIC/FIC etc.

Repasso dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu: em 17 de fevereiro de 2022 e 1 de setembro de 2022 as controladas diretas EMT (R\$15.882), EMS (R\$1.907) e ESS (R\$29.082) receberam recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. O montante recebido foi contabilizado reduzindo a parcela dos ativos financeiros setoriais constituídos.

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Nos termos do inciso I do art.4º, da Lei nº 14.182, decide: (i) fixar os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022 foi de R\$ 290.169. Conforme Despacho 1.959/2022.

Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE: a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e; (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HÍDRICA no valor máximo de R\$784.138, dos quais R\$43.079 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$85.111 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$655.949 destinados ao diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Os valores foram recebidos pelas distribuidoras em 09 de maio de 2022 é como segue:

Empresa	Custo de importação de energia	Programa de redução voluntária de consumo	Diferimentos	Total
EMT	19.359	34.597	492.122	546.078
EMS	10.120	25.039	143.517	178.676
ESS	7.899	16.189	20.310	44.398
ETO	5.701	9.286	-	14.987
Total	43.079	85.111	655.949	784.139

Créditos de PIS e Cofins: no processo tarifário de 2022, foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente as ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública de nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, que em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. No Reajuste Tarifário Anual das controladas distribuidoras de energia, a ANEEL reconheceu o montante de R\$702.225, sendo considerados 1/12 deste valor a cada mês compensando a redução tarifária, tendo compensado até setembro de 2022 o valor de R\$254.889. A seguir apresentamos os valores reconhecidos em cada controlada:

Empresa	Valor oferecido ao consumidor
EMT	319.110
EMS	151.740
ETO	144.293
ESS	87.082
Total	702.225

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Subvenção - Baixa Renda ⁽¹⁾	-	-	45.658	36.818
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	-	-	119.950	126.597
Bônus - Reembolso do Fundo CDE ⁽³⁾	-	-	1.704	158.239
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	137.387	143.066
Outras ordens em curso	-	-	8.018	10.403
Adiantamentos a fornecedores e empregados	87	87	32.280	31.406
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	83.857	85.200
(-) Ajuste a Valor Presente - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	(26.075)	(27.101)
Sub-rogação do CCC ⁽⁵⁾	-	-	24.437	33.346
Créditos a receber de terceiros - alienação de bens e direitos ⁽⁶⁾	-	-	60.374	50.188
(-) Provisão para perdas ⁽⁶⁾	-	-	(6.480)	(9.666)
Padrão de baixa renda	-	-	3.260	3.260
Despesas pagas antecipadamente ⁽⁷⁾	-	-	50.495	47.948
Depósito para reinvestimento - incentivos fiscais	-	-	36.504	3.962
Aquisição de combustível para conta CCC ⁽⁸⁾	-	-	7.550	10.754
EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência ⁽⁹⁾	-	-	9.217	15.108
Outros ⁽¹⁰⁾	8.491	7.511	22.567	21.448
Total	8.578	7.598	610.703	740.976
Circulante	2.992	2.899	529.101	638.413
Não circulante	5.586	4.699	81.602	102.563

⁽¹⁾ **Subvenção Baixa renda - consolidado:** esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto referem-se as provisões de agosto e setembro de 2022, com estimativas de recebimento para o próximo trimestre. A Administração não espera apurar perdas na realização em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção baixa renda	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 31 de dezembro de 2020	10.070	8.527	9.529	5.118	33.244
Subvenção baixa renda	64.516	52.316	61.956	26.445	205.233
Ressarcimento pela CCEE	(63.384)	(51.885)	(60.683)	(25.707)	(201.659)
Saldos consolidados em 31 de dezembro de 2021	11.202	8.958	10.802	5.856	36.818
Subvenção baixa renda	61.156	43.996	58.217	22.746	186.115
Ressarcimento pela CCEE	(57.691)	(42.055)	(55.040)	(22.489)	(177.275)
Saldos consolidados em 30 de setembro de 2022	14.667	10.899	13.979	6.113	45.658

- (2) **Subvenção CDE - Desconto tarifário - consolidado:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período- receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada período. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do período seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção CDE	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 31 de dezembro de 2020	71.705	16.506	14.998	19.422	122.631
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	323.294	84.115	160.649	95.988	664.046
Ressarcimento pela CCEE	(328.125)	(80.086)	(152.548)	(99.321)	(660.080)
Saldos consolidados em 31 de dezembro de 2021	66.874	20.535	23.099	16.089	126.597
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	264.836	61.586	130.305	66.038	522.765
Ressarcimento pela CCEE	(265.534)	(67.552)	(121.149)	(75.177)	(529.412)
Saldos consolidados em 30 de setembro de 2022	66.176	14.569	32.255	6.950	119.950

- (3) Vide nota explicativa nº 8.4;
- (4) **Outros créditos a receber CELPA:** crédito que a Companhia e as controladas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power Holding Energia S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante as Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power Holding Energia S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.
- (5) **Sub-rogação CCC:** a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						30/09/2022	31/12/2021
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	30.960	20.492	21.786	29.790
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	2.888	625	2.651	3.556
Total		42.922	37.169	33.848	21.117	24.437	33.346
Circulante						11.702	6.791
Não Circulante						12.735	26.555

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento, aprovados pelo órgão regulador.

- (6) **Créditos a receber de terceiros:** refere-se a receita de uso mútuo de poste e venda de sucatas e inclui R\$6.480 (R\$9.666 em 31 de dezembro de 2021) de provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa.
- (7) Inclui valores relacionados a prêmio de seguro e a cota do Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;

- (8) **Aquisição de combustível da conta CCC:** trata-se de direitos de ressarcimento da controlada EMT correspondentes ao custo de geração total, cujos gastos totais ultrapassaram o valor do ACRmed (custo coberto pelos consumidores da concessão). Os valores estabelecidos para o ano de 2022 foi de R\$274,01/MWh e em 2021 correspondia a R\$253,50/ MWh. A metodologia de apuração é estabelecida pela Lei nº 12.111/2017 regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 801/2017.
- (9) **EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência - Fundo de Previdência Patronal:** constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõem também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da Patrocinadora.
- (10) **Outros:** inclui provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$2.078 (R\$2.078 em 31 de dezembro de 2021).

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A (70,01% no capital social) que por sua vez é controlada pela Energisa S/A (99,98% do capital total).

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A;	EMG	Distribuição de energia
· Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
· Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A;	ENF	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A; e	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Geração distribuída
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A;	ETE IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviço
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração de energia distribuída

- Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);
- Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;
- Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e
- Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.

REENERGISA II	Geração de energia distribuída
RENESOLAR	Geração de energia distribuída
FLWSOLAR	Geração de energia distribuída
CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

Controladora:

	30/09/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos				
QMRA Participações S/A (“QMRA”)	418	-	384	-
Energisa Participações Minoritárias S/A	-	(230.729)	-	(211.776)
Empréstimos, financiamentos, encargos da dívida e Debêntures ⁽¹⁾				
Energisa S/A	-	(198.690)	-	(178.748)
Total - não circulante	418	(429.419)	384	(390.524)

- ⁽¹⁾ Credores “RJ” Opção C - referem-se a dívidas da Companhia adquiridas pela Energisa S/A, com as seguintes condições iniciais de pagamento: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final de exercício de 2017 as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.

Condições dos contratos mútuos

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento
Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/12/2022
QMRA Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2023

- ⁽¹⁾ Os contratos de mútuos que possuem prazo de 24 meses, nos termos dos contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média CDI+ 1,0727% (CDI + 0,5914% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia, referente a atualização dos contratos:

Companhias	Receitas / (-) Despesas financeira
Mútuos	
QMRA Participações S/A	39
Energisa Participações Minoritárias S/A	(21.250)
	(21.211)
Energisa S/A	(19.942)
Total em 30/09/2022	(41.153)
Total em 30/09/2021	(26.583)

Consolidado:

Companhias		Passivos							
		Rede Energia	CTCE	ETO ⁽¹⁾	EMT ⁽¹⁾	ESS ⁽¹⁾	EMS ⁽¹⁾	30/09/2022	31/12/2021
Energisa S/A	Empréstimos e Debêntures	(198.690)	-	(365.354)	(168.556)	(180.869)	(161.566)	(1.075.035)	(1.132.280)
Energisa S/A	Mútuo	-	(4.917)	-	-	-	-	(4.917)	-
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	(230.729)	-	-	-	-	-	(230.729)	(211.776)
		(429.419)	(4.917)	(365.354)	(168.556)	(180.869)	(161.566)	(1.310.681)	(1.437.198)

⁽¹⁾ As controladas ETO, EMT, EMS e ESS emitiram Debêntures em moeda corrente com condições e vencimentos conforme nota explicativa nº 20. Em 30 de setembro de 2022 o valor atualizado é de R\$876.345 (R\$957.995 em 31 de dezembro de 2021), adquiridas pela Energisa S/A;

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas.

Companhias		Receitas / (-) Despesas financeira							
		Rede Energia	CTCE	ETO	EMT	ESS	EMS	30/09/2022	30/09/2021
Energisa S/A	Mútuo	-	(452)	-	-	-	-	(452)	(139)
Energisa S/A	AVP	(19.942)	-	-	-	-	-	(19.942)	(17.313)
Energisa S/A	Debêntures	-	-	(28.528)	(22.408)	(18.685)	(12.496)	(82.117)	(78.887)
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	(21.250)	-	-	-	-	-	(21.250)	(9.287)
		(41.192)	(452)	(28.528)	(22.408)	(18.685)	(12.496)	(123.761)	(105.626)

Empresas	Serviços Contratados				
	Multi Energia ⁽¹⁾	ETO	EMT	ESS	EMS
Energisa S/A ⁽²⁾	(1.758)	(21.152)	(57.494)	(23.153)	(32.385)
ESOLC ⁽³⁾	-	(16.516)	(52.915)	(21.361)	-
ESOL ⁽³⁾	-	(2.495)	(15.844)	(3.308)	(8.159)
ESS	3.110	-	-	-	-
EMT	7.230	-	-	-	-
EMS	10.715	-	-	-	-
ETO	4.087	-	-	-	-
EPB	3.542	-	-	-	-
EBO	472	-	-	-	-
EMG	1.641	-	-	-	-
ENF	381	-	-	-	-
ESE	1.301	-	-	-	-
EAC	1.911	-	-	-	-
ERO	2.988	-	-	-	-
ALSOL ⁽⁴⁾	385	-	(98)	-	-
VOLTZ	43	-	-	-	-
EGO ⁽⁵⁾	-	(85)	(350)	(145)	(198)
EPAI ⁽⁵⁾	-	(1.004)	(8.989)	(148)	(202)
EPAlI ⁽⁵⁾	-	(56)	(229)	(95)	(130)
EAM ⁽⁵⁾	-	(12)	(49)	(20)	(27)
EPTE ⁽⁵⁾	-	(3)	(3.775)	(6)	(8)
LMTE ⁽⁵⁾	-	(105)	(426)	(180)	(253)
LTTE ⁽⁵⁾	-	(40)	(162)	(69)	(97)

LXTE ⁽⁵⁾	-	(127)	(514)	(218)	(306)
30/09/2022	36.048	(41.595)	(140.845)	(48.703)	(41.765)
30/09/2021	33.666	(17.182)	6.150	(38.723)	(4.125)

(1) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL com vencimento em março/2027. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

(2) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses e foi prorrogado em 23 de março de 2022 por mais 6 meses, conforme Despacho nº 751, de 18 de março de 2022, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado pelas controladas, em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$514.599, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado, com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

(3) Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026;

(4) Refere-se a serviços de execução do projeto de P&D com vencimento em novembro/2022;

(5) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato, com vencimento em 2025.

Companhia	Compartilhamento ⁽¹⁾					
	ETO	EMT	ESS	EMS	30/09/2022	30/09/2021
Energisa	(5.585)	(12.145)	(2.562)	(5.461)	(25.753)	(21.325)
ESS	(127)	91	-	552	516	972
EMT	(780)	-	(91)	2.346	1.475	765
EMS	(1.449)	(2.346)	(552)	-	(4.347)	(3.542)
ETO	-	780	127	1.449	2.356	1.805
EPB	(6.089)	(12.758)	(2.767)	(5.319)	(26.933)	(18.461)
EBO	(9)	72	9	159	231	371
EMG	(4.248)	(9.034)	(1.966)	(3.995)	(19.243)	(14.203)
ENF	(8)	19	2	63	76	6
ESE	(79)	157	16	528	622	491
EAC	(62)	61	-	290	289	141
ERO	(77)	295	38	776	1.032	1.001
ECOM	(161)	(348)	(73)	(150)	(732)	(811)
EPAl	2	15	3	16	36	-
EGO	2	12	2	13	29	-
EPAlI	1	7	1	8	17	-
ETT	-	2	-	2	4	-
	(18.669)	(35.120)	(7.813)	(8.723)	(70.325)	(52.790)

(1) **Contrato de Compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado, com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

Remuneração dos administradores:

	Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	836	911
Remuneração da Diretoria	8.199	7.941
Outros Benefícios ⁽¹⁾	6.802	9.161

(1) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiro relativas ao mês de setembro de 2022 foram de R\$95 e R\$3 no consolidado (R\$72 e R\$2 em 30 de setembro de 2021, no consolidado). A remuneração média mensal no período findo em 30 de setembro de 2022 foi de R\$44 no consolidado (R\$20 em 30 de setembro de 2021, no consolidado).

Programa de Remuneração Variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP) - Consolidado

. Este plano. Oferecido aos seus executivos, tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos das controladas a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o *target* em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP ⁽¹⁾	2º programa ILP ⁽¹⁾	3º programa ILP	4º programa ILP	5º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	86.668	71.163	71.831	95.939	121.898
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022
Data do início <i>vesting</i>	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	8,20%	7,70%	5,26%	7,88%	12,55%
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2021	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025
Volatilidade ⁽²⁾	29,29%	25,06%	50,51%	35,15%	34,88%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$37,90
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

(1) Em 13 de maio de 2021 e em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a liquidação do 1 e 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, respectivamente, conforme segue:

Companhia e controladas	Liquidação 1º Programa ILP		Liquidação 2º Programa ILP	
	Valor Units Tesouraria ^(*)	Número de Units	Valor Units Tesouraria ^(*)	Número de Units
Energisa Mato Grosso	1.385	29.444	1.248	28.382
Energisa Mato Grosso Sul	665	14.119	612	13.919
Energisa Tocantins	800	17.011	541	12.317
Energisa Sul Sudeste	370	7.866	338	7.681
Total	3.220	68.440	2.739	62.299

(*) Valores líquidos de imposto de renda retido na fonte, de responsabilidade dos beneficiários.

(2) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Não há opções exercíveis ou expiradas, em 30 de setembro de 2022, para os programas 3º, 4º e 5º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as controladas apuraram o valor justo das ações (*units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No período findo em 30 de setembro de 2022, foram contabilizados R\$1.161 (R\$1.159 em 30 de setembro de 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas - pessoal e administradores. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 30 de setembro de 2022 o montante de R\$7.556 (R\$6.395 em 31 de dezembro de 2021).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras intermediárias de R\$462.346 na controladora e R\$1.015.943, no consolidado (R\$459.545 e R\$1.011.979, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021).

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Ativo		
Prejuízos fiscais	150.694	165.402
Base negativa da contribuição social	54.250	60.388
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	356.288	381.493
Contribuição Social	128.264	137.338
Total - ativo não circulante	689.496	744.621

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	260.851	265.524	1.244.412	1.309.334
Contribuição Social	93.907	95.589	447.988	471.360
Total - passivo não circulante	354.758	361.113	1.692.400	1.780.694

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ajustes a valor presente	(970.162)	(329.855)	(988.852)	(336.210)
Deságio sobre investimento	(73.243)	(24.903)	(73.244)	(24.903)
Total líquido - passivo não circulante	(1.043.405)	(354.758)	(1.062.096)	(361.113)

	Consolidado			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	602.776	150.694	661.607	165.402
Base negativa da contribuição social	602.776	54.250	670.976	60.388
Créditos fiscais - ágio	56.520	19.217	64.594	21.962
Provisão ajuste atuarial	221.694	75.376	204.046	69.376
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias.	186.550	63.427	233.492	79.387
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD)	684.686	232.793	645.479	219.463
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	262.620	89.291	256.286	87.137
Marcação a mercado - empréstimos	(143.318)	(48.728)	19.091	6.491
Outras adições/exclusões temporárias	10.766	3.660	40.338	13.714
Contratos e prestações de serviços	2.318	788	(9.561)	(3.251)
Ajustes a valor presente ⁽¹⁾	(1.842.867)	(626.575)	(1.875.754)	(637.756)
Intangível - Mais Valia	(803.079)	(273.047)	(904.535)	(307.542)
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualização ⁽²⁾	(1.672.705)	(568.720)	(1.444.536)	(491.142)
Deságio sobre investimento	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(60.153)	(20.452)	(71.769)	(24.401)
Marcação a mercado - derivativos	(267.119)	(90.820)	(680.125)	(231.243)
Total	(2.346.942)	(1.002.904)	(2.378.778)	(1.036.073)
Total - Ativo Não Circulante	2.630.706	689.496	2.858.556	744.621
Total - Passivo Não Circulante	(4.977.648)	(1.692.400)	(5.237.334)	(1.780.694)

⁽¹⁾ **Ajuste a valor presente:** refere-se basicamente ao ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e pela sua controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B.

⁽²⁾ **Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações -:** refere-se ao Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMT, EMS, ETO e ESS.

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos é como segue:

Exercício	Consolidado
2022	18.816
2023	57.641
2024	66.222
2025	67.551
2026	66.663
2027 e 2028	105.594
2029 a 2031	307.009
Total	689.496

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	308.861	1.167.541	403.798	1.154.325
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(105.013)	(396.964)	(137.291)	(392.471)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	107.734	406.121	141.410	401.268
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(529)	(2.802)	(1.890)	(3.280)
Imposto de renda e contribuição social	2.192	6.355	2.229	5.517

Alíquota efetiva

0,71%	0,54%	0,55%	0,48%
-------	-------	-------	-------

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	489.773	2.051.541	685.117	2.013.843
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(166.523)	(697.524)	(232.940)	(684.706)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	524	133	(1.037)	(3.356)
Incentivos fiscais regionais - Redução IRPJ (SUDAM) ⁽¹⁾	79.146	237.742	82.004	225.907
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(1.234)	(4.381)	(2.472)	(4.039)
Lei do Bem	15.133	15.133	-	14.514
Outras exclusões permanentes	4.695	14.099	3.305	11.972
Imposto de renda e contribuição social	(68.259)	(434.798)	(151.140)	(439.708)
Alíquota efetiva	13,94%	21,19%	22,06%	21,83%

⁽¹⁾ As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montaram em R\$237.742 (R\$225.907 em 30 de setembro de 2021), sendo: R\$191.352 (R\$176.665 em 30 de setembro de 2021) na controlada EMT e R\$46.390 (R\$49.242 em 30 de setembro de 2021) na controlada ETO.

As controladas ETO e EMT obtiveram deferimento de seus pleitos em dezembro de 2014 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

Em 2018 as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo por mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação. Neste sentido, as controladas possuem processos que se encontram em fase de análise, formalizado junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham sua instrução garantida por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em 5 anos.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia e suas controladas, em agosto de 2021, impetraram Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia e suas controladas avaliaram junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluíram sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 30 de setembro de 2022 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão - consolidado

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Anel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do período como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$235.958 (R\$325.380 em 30 de setembro de 2021).

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldos em 31/12/2021	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 30/09/2022
Energisa Mato Grosso	3.884.108	531.822	(18.551)	163.161	4.560.540
Energisa Tocantins	47.109	1.876	-	1.961	50.946
Energisa Mato Grosso do Sul	1.599.382	347.659	(6.503)	65.032	2.005.570
Energisa Sul Sudeste	136.028	8.097	(5)	5.804	149.924
Total - Não circulante	5.666.627	889.454	(25.059)	235.958	6.766.980

	Saldos em 31/12/2020	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 31/12/2021
Energisa Mato Grosso	3.183.825	376.748	(29.479)	353.014	3.884.108
Energisa Tocantins	40.155	2.850	(3)	4.107	47.109
Energisa Mato Grosso do Sul	1.251.680	212.600	(4.879)	139.981	1.599.382
Energisa Sul Sudeste	101.425	22.257	(166)	12.512	136.028
Total - Não circulante	4.577.085	614.455	(34.527)	509.614	5.666.627

(1) Adições: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) Receita operacional: os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Participação em controladas	4.883.707	4.480.563	-	-
Outros	103	103	7.611	7.731
Total	4.883.810	4.480.666	7.611	7.731

Participação em controladas:

30/09/2022									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								1.048.897	4.375.423
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	3.301.449	2.190.476	1.110.973	203.647	156.139	851.797
Energisa Mato Grosso	57,68	126.292	1.677.113	12.087.885	8.451.319	3.636.566	931.782	537.479	2.097.680
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	6.063.299	4.772.438	1.290.861	398.617	255.159	826.293
Energisa Sul Sudeste	99,25	96	534.717	2.859.769	2.255.585	604.184	100.877	100.120	599.653
Comercialização								(7.820)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia ⁽¹⁾	99,98	5	2.345	5.073	215.575	(210.502)	(7.822)	(7.820)	-
Prestação de Serviços								6.845	15.733
Multi Energisa	99,90	1	5.000	30.757	15.009	15.748	6.851	6.845	15.733
Holdings e demais Companhias								146.551	492.551
QMRA Participações	100,00	4.371	2.194	2.926	422	2.504	97	98	2.503
Rede Power do Brasil	99,99	263	235.379	522.765	32.668	490.097	146.467	146.453	490.048
Total								1.194.473	4.883.707

31/12/2021									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								1.337.682	3.998.185
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	3.230.211	2.225.269	1.004.942	246.462	188.965	770.501
Energisa Mato Grosso	57,68	126.292	1.677.113	11.708.070	8.558.436	3.149.634	1.091.487	629.602	1.816.803
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	5.639.039	4.388.641	1.250.398	554.177	354.734	800.392
Energisa Sul Sudeste	99,25	96	534.717	2.981.099	2.365.997	615.102	165.623	164.381	610.489
Comercialização								154	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia ⁽¹⁾	99,98	5	2.345	5.714	208.394	(202.680)	154	154	-
Prestação de Serviços								8.816	15.500
Multi Energisa Serviços	99,90	1	5.000	27.628	12.112	15.516	8.825	8.816	15.500
Holdings e demais Companhias								201.050	466.878
QMRA Participações	100,00	4.371	2.194	2.791	386	2.405	42	42	2.405
Rede Power do Brasil	99,99	263	235.379	496.461	31.942	464.519	201.027	201.008	464.473
Total								1.547.702	4.480.563

⁽¹⁾ A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$210.457 (R\$202.637 em 31 de dezembro de 2021) registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

Movimentação dos investimentos:

Controlada	Saldo em 31/12/2021	Ganho/(Perda) aquisição de ações ⁽¹⁾	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/09/2022
Distribuição	3.998.185	13.320	(684.089)	(890)	1.048.897	4.375.423
Energisa Tocantins	770.501	3.050	(77.020)	(873)	156.139	851.797
Energisa Mato Grosso	1.816.803	9.858	(266.460)	-	537.479	2.097.680
Energisa Mato Grosso do Sul	800.392	201	(229.442)	(17)	255.159	826.293
Energisa Sul Sudeste	610.489	211	(111.167)	-	100.120	599.653
Comercialização	-	-	-	-	(7.820)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	-	-	(7.820)	-
Prestação de Serviços	15.500	-	(6.612)	-	6.845	15.733
Multi Energisa Serviços	15.500	-	(6.612)	-	6.845	15.733
Holdings e demais companhias	466.878	124	(120.992)	(10)	146.551	492.551
QMRA Participações	2.405	-	-	-	98	2.503

Controlada	Saldos em 31/12/2021	Ganho/(Perda) aquisição de ações ⁽¹⁾	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 30/09/2022
Rede Power do Brasil	464.473	124	(120.992)	(10)	146.453	490.048
Total	4.480.563	13.444	(811.693)	(900)	1.194.473	4.883.707

⁽¹⁾ **Transações entre sócios** - apurada no investimento junto as controladas Energisa Sul Sudeste e Rede Power, reflexas de ganho no montante de R\$9, referente a: (i) R\$3 de perda distribuição de dividendos na ESS, (ii) R\$12 de ganho na distribuição de dividendos na Rede Power. Adicionalmente foram apurados por equivalência ganhos de R\$1.161 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo, e R\$12.274 referente a Reserva de Incentivo fiscal.

Controlada	Saldos em 31/12/2020	Ganho/(Perda) aquisição de ações ⁽¹⁾	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/12/2021
Distribuição	3.996.683	(17.413)	(1.376.552)	57.785	1.337.682	3.998.185
Energisa Tocantins	721.732	(25.173)	(123.921)	8.898	188.965	770.501
Energisa Mato Grosso	1.785.208	7.039	(623.016)	17.970	629.602	1.816.803
Energisa Mato Grosso do Sul	872.015	371	(432.952)	6.224	354.734	800.392
Energisa Sul Sudeste	617.728	350	(196.663)	24.693	164.381	610.489
Comercialização	-	-	-	-	154	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	-	-	154	-
Prestação de Serviços	14.535	-	(7.839)	(12)	8.816	15.500
Multi Energisa Serviços S/A	14.535	-	(7.839)	(12)	8.816	15.500
Holdings e demais companhias	472.523	229	(210.416)	3.492	201.050	466.878
QMRA Participações S/A	2.360	-	3	-	42	2.405
Rede Power do Brasil S/A	470.163	229	(210.419)	3.492	201.008	464.473
Total	4.483.741	(17.184)	(1.594.807)	61.265	1.547.702	4.480.563

⁽¹⁾ **Transações entre sócios** - apurada no investimento junto as controladas Energisa Mato Grosso, Energisa Sul Sudeste, Rede Power, reflexas de perda no montante de R\$19.185, referente a: (i) R\$6.319 de ganho na distribuição de dividendos; (ii) R\$5 em 31 de perdas de compra de ações da controladora ESS; (iv) R\$21 apurado pela Rede Power, referente a ganho de recebimento de dividendos; (v) R\$25.520 apurado pela ETO, referente a perda no Acordo do Estado do Tocantins. Adicionalmente foram apurados por equivalência ganhos de R\$2.001 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo.

15. Ativo contratual - infraestrutura em construção - consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 31/12/2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldos em 30/09/2022
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	799.147	1.941.495	(637.021)	(983.257)	1.120.364
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	211.404	191.167	(61.538)	(93.803)	247.230
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	587.743	1.750.328	(575.483)	(889.454)	873.134

	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldos em 31/12/2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	583.572	1.478.897	(587.558)	(675.764)	799.147
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	237.276	100.275	(64.838)	(61.309)	211.404
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	346.296	1.378.622	(522.720)	(614.455)	587.743

- (1) Do montante total de R\$575.483 (R\$522.720 em 31 de dezembro de 2021), R\$575.483 (R\$523.118 em 31 de dezembro de 2021) foi transferido para o ativo intangível - contrato de concessão e (R\$(398) em 31 de dezembro de 2021) para imobilizado.
- (2) As baixas realizadas no período/exercício de R\$889.454 (R\$614.455 em 31 de dezembro de 2021) referem-se ao montante transferido para o ativo financeiro indenizável da concessão por corresponder a parcela bifurcada do ativo contratual líquido a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

16. Imobilizado - consolidado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldo em 30/09/2022
Imobilizado em serviço							
Custo:							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	16.852	-	12.500	-	-	29.352
Máquinas e Equipamentos	14,45%	137.288	-	11.858	(54)	-	149.092
Veículos	14,29%	396	-	-	-	-	396
Móveis e utensílios	6,09%	31.961	-	643	(47)	-	32.557
Total do imobilizado em serviço		186.497	-	25.001	(101)	-	211.397
Depreciação acumulada:							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(997)	-	-	-	(585)	(1.582)
Máquinas e Equipamentos		(103.498)	-	-	49	(6.627)	(110.076)
Veículos		(24)	-	-	-	(43)	(67)
Móveis e utensílios		(20.411)	-	-	45	(889)	(21.255)
Total depreciação acumulada		(124.930)	-	-	94	(8.144)	(132.980)
Subtotal imobilizado		61.567	-	25.001	(7)	(8.144)	78.417
Imobilizado em curso		29.512	16.895	(25.006)	-	-	21.401
Total do imobilizado		91.079	16.895	(5)	(7)	(8.144)	99.818

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Imobilizado em serviço						
Custo:						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	2.473	-	14.379	-	16.852
Máquinas e Equipamentos	15,20%	124.517	-	12.771	-	137.288
Veículos	14,29%	-	-	396	-	396
Móveis e utensílios	6,25%	30.492	-	1.469	-	31.961
Total do imobilizado em serviço		157.482	-	29.015	-	186.497
Depreciação acumulada:						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(698)	-	(84)	(215)	(997)
Máquinas e Equipamentos		(94.389)	-	(5)	(9.104)	(103.498)
Veículos		-	-	(2)	(22)	(24)
Móveis e utensílios		(19.203)	-	-	(1.208)	(20.411)
Total depreciação acumulada		(114.290)	-	(91)	(10.549)	(124.930)
Subtotal imobilizado		43.192	-	28.924	(10.549)	61.567
Imobilizado em curso		33.212	25.622	(29.322)	-	29.512
Total do imobilizado		76.404	25.622	(398)	(10.549)	91.079

- (1) O montante de R\$5 refere-se às reclassificações para o Intangível - software e o montante (R\$398 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às reclassificações para o Intangível - contrato de concessão.

17. Intangível - consolidado

	30/09/2022	31/12/2021
Intangível - contrato de concessão	5.409.488	5.371.163
Intangível - direito de uso	7.805	11.866
Intangível - software	127.783	100.974
Total	5.545.076	5.484.003

17.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldo em 31/12/2021	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldo em 30/09/2022
Intangível em serviço						
Custo:	7,35%	16.031.183	683.136	(139.444)	-	16.574.875
Amortização acumulada		(8.984.157)	(46.156)	103.463	(642.715)	(9.569.565)
Subtotal		7.047.026	636.980	(35.981)	(642.715)	7.005.310
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,90%	4.002.777	61.613	-	-	4.064.390
Amortização acumulada		(2.326.914)	(116)	-	(141.538)	(2.468.568)
Total das obrigações vinculadas à concessão		1.675.863	61.497	-	(141.538)	1.595.822
Total do intangível - contrato de concessão		5.371.163	575.483	(35.981)	(501.177)	5.409.488

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldo em 31/12/2020	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldo em 31/12/2021
Intangível em serviço						
Custo:	7,32%	15.616.617	589.269	(174.703)	-	16.031.183
Amortização acumulada		(8.299.742)	(1.325)	117.201	(800.291)	(8.984.157)
Subtotal		7.316.875	587.944	(57.502)	(800.291)	7.047.026
(-) Obrigações vinculadas à concessão em serviço						
Custo	3,81%	3.938.133	64.838	(194)	-	4.002.777
Amortização acumulada		(2.148.206)	(12)	-	(178.696)	(2.326.914)
Total das obrigações vinculadas à concessão		1.789.927	64.826	(194)	(178.696)	1.675.863
Total Intangível - contrato de concessão		5.526.948	523.118	(57.308)	(621.595)	5.371.163

⁽¹⁾ O montante total de R\$575.483 (R\$523.118 em 31 de dezembro de 2021), R\$575.483 (R\$522.720 em 31 de dezembro de 2021) foi transferido para o ativo contratual - infraestrutura em construção e (R\$398 em 31 de dezembro de 2021) para o imobilizado;

⁽²⁾ As baixas no montante de R\$35.981 (R\$57.308 em 31 de dezembro de 2021) referem-se às baixas realizadas no período contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e, ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

⁽³⁾ As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no período/exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$23.134 (R\$31.026 em 31 de dezembro de 2021), não inclui o montante de R\$1.171 (R\$1.168 em 31 de dezembro de 2021) referente a provisão de despesa de incorporação de redes.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 08 de dezembro 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pelas controladas ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 7,35% (7,32% em 31 de dezembro de 2021).

Obrigações vinculadas a concessão:

O saldo do intangível e ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2022	31/12/2021
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	1.959.273	1.805.803
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	3.145.874	3.090.009
Reserva para reversão ⁽³⁾	5.526	5.956
Receitas de ultrapassagem de demanda e energia reativa excedente	224.057	241.720
(-) Amortização acumulada	(2.468.568)	(2.326.914)
Total	2.866.162	2.816.574
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.023.110	929.307
Intangível - contrato de concessão	1.595.822	1.675.863
Ativo contratual - infraestrutura em construção	247.230	211.404
Total	2.866.162	2.816.574

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

(2) Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos; recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação do direito de uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente

17.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldo em 31/12/2021	Baixas	Amortização	Saldo em 30/09/2022
Direito de Uso					
Custo:	13,91%	38.864	(7)	-	38.857
Amortização acumulada		(26.998)	-	(4.054)	(31.052)
Total do intangível - direito de uso		11.866	(7)	(4.054)	7.805

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Direito de Uso							
Custo:	23,06%	43.434	8.237	452	(13.259)	-	38.864
Amortização acumulada		(17.584)	-	(452)	-	(8.962)	(26.998)
Total do intangível - direito de uso		25.850	8.237	-	(13.259)	(8.962)	11.866

17.3. Intangível - software

	Taxa média de amortização (%)	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Amortização	Saldo em 30/09/2022
Intangível - software							
Custo:	19,99%	245.724	-	44.361	(224)	-	289.861
Amortização acumulada		(184.792)	-	-	224	(21.629)	(206.197)
Em curso		40.042	48.433	(44.356)	-	-	44.119
Total do intangível - software		100.974	48.433	5	-	(21.629)	127.783

	Taxa média de amortização (%)	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferência	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Intangível - software						
Em serviço:	20,00%	223.795	-	21.929	-	245.724
Amortização acumulada		(158.370)	-	-	(26.422)	(184.792)
Em curso		21.841	40.130	(21.929)	-	40.042
Total do intangível - software		87.266	40.130	-	(26.422)	100.974

⁽¹⁾ O montante de R\$5 refere-se às reclassificações para o Imobilizado.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	-	-	674.058	743.518
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	-	-	87.741	92.629
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	-	-	101.890	81.876
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	8.290	7.700
Encargos de serviço no sistema ⁽³⁾	-	-	1.340	356.181
Encargos de conexão	-	-	9.736	22.188
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	191	166	269.107	170.076
Total	191	166	1.152.162	1.474.168
Circulante	191	166	1.081.984	1.406.984
Não Circulante	-	-	70.178	67.184

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica e encargos do uso da rede elétrica** - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**: é composta pelas duas últimas provisões do Mercado de Curto Prazo - MCP e diminuiu principalmente pela queda do Preço das Liquidações das Diferenças - PLD, que atingiu o piso, comparando maio-julho/22 com novembro-dezembro/21. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

⁽³⁾ **Encargos do serviço do sistema** - a diminuição dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à redução do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão de Segurança Energética. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas, não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.

⁽⁴⁾ **Materiais, serviços e outros** - referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica. O prazo médio de liquidação nas controladas são de 30 dias.

19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2021	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 30/09/2022
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pré Fixado	22.209	(1.115)	828	1.694	23.616
Outros	171.060	-	-	19.116	190.176
Total do custo	193.269	(1.115)	828	20.810	213.792
Circulante	471				183
Não Circulante	192.798				213.609

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pré Fixado	20.249	(1.117)	1.116	1.961	22.209
Outros	148.469	-	-	22.591	171.060
Total do custo	168.718	(1.117)	1.116	24.552	193.269
Circulante	471				471
Não Circulante	168.247				192.798

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 30/09/2022
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	28.615	-	(1.073)	(1.395)	1.039	-	-	2.101	29.287
Pós Fixado									
INPC	19.085	12.133	(2.150)	(1.027)	2.288	-	-	-	30.329
IPCA	925.135	-	(38.149)	(34.082)	87.595	-	-	-	940.499
CDI	1.637.076	650.000	(488.691)	(138.640)	140.165	-	-	-	1.799.910
TR	645.541	-	-	(39.305)	39.835	-	-	-	646.071
Gastos com captação	(4.701)	-	-	-	1.222	(4.221)	-	-	(7.700)
Outros	171.060	-	-	-	-	-	-	19.116	190.176
Total do custo	3.421.811	662.133	(530.063)	(214.449)	272.144	(4.221)	-	21.217	3.628.572
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	1.629.988	657.955	(254.575)	(30.845)	19.395	-	-	-	2.021.918
Euro	462.597	214.015	(189.597)	(4.040)	(93.344)	-	-	-	389.631
Gastos com captação	(340)	-	-	-	340	-	-	-	-
Marcação a mercado	(253)	-	-	-	-	-	(83.948)	-	(84.201)
Total ao valor justo	2.091.992	871.970	(444.172)	(34.885)	(73.609)	-	(83.948)	-	2.327.348
Total	5.513.803	1.534.103	(974.235)	(249.334)	198.535	(4.221)	(83.948)	21.217	5.955.920
Circulante	1.500.690								1.597.094
Não Circulante	4.013.113								4.358.826

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	29.404	-	(3.219)	(1.554)	1.552	-	-	2.432	28.615
Pós Fixado									
INPC	-	19.118	(1.875)	(794)	2.636	-	-	-	19.085
IPCA	-	863.605	-	(21.104)	82.634	-	-	-	925.135
CDI	2.120.117	310.000	(782.471)	(108.555)	97.985	-	-	-	1.637.076
TR	645.069	-	-	(42.606)	43.078	-	-	-	645.541
Gastos com captação	(748)	-	-	-	1.301	(5.254)	-	-	(4.701)
Outros	148.469	-	-	-	-	-	-	22.591	171.060
Total do custo	2.942.311	1.192.723	(787.565)	(174.613)	229.186	(5.254)	-	25.023	3.421.811

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	1.758.442	923.098	(1.148.723)	(35.611)	132.782	-	-	-	1.629.988
Euro	466.762	-	-	(4.513)	348	-	-	-	462.597
Gastos com captação	(1.096)	-	-	-	756	-	-	-	(340)
Marcação a mercado	16.652	-	-	-	-	-	(16.905)	-	(253)
Total ao valor justo	2.240.760	923.098	(1.148.723)	(40.124)	133.886	-	(16.905)	-	2.091.992
Total	5.183.071	2.115.821	(1.936.288)	(214.737)	363.072	(5.254)	(16.905)	25.023	5.513.803
Circulante	2.067.303								1.500.690
Não Circulante	3.115.768								4.013.113

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) ⁽³⁾	Garantias ⁽⁴⁾
	30/09/2022	31/12/2021					
REDE ENERGIA							
Credores "RJ" - Bicbanco	7.372	6.932	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%	R
Credores "RJ" - BNB	16.244	15.277	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%	R
Credores "RJ" - Opção "C"	190.176	171.060	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%	-
Total em Moeda Nacional	213.792	193.269					
Total Rede Energia Participações S/A	213.792	193.269					
EMT							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	354.047	353.756	TR + 7.00% a.a.	out/34	Mensal a partir de Nov/29	6,33%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	394.402	443.566	CDI + 0.70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de Mai/21	9,43%	R
Nota Promissória 2ª Emissão ⁽¹⁾	-	320.270	CDI + 0.80% a.a.	mar/22	Final	9,51%	A
Santander FRN 4133870 ⁽¹⁾	64.571	194.743	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de Fev/22	9,62%	A
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A ⁽¹⁾	140.156	145.584	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	out/27	Mensal a partir de Abr/22	7,69%	A + R
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B ⁽¹⁾	199.297	188.279	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de Nov/27	7,69%	A + R
EMT X ENERGISA PREV - Migração 2020 ^(4 e 5)	1.957	2.019	INPC + 5.47% a.a.	out/29	Mensal a partir de Jan/21	8,40%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit de 2017 ^(4 e 5)	6.722	6.779	INPC + 5.46% a.a.	dez/31	Mensal a partir de Jan/21	8,39%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit 2015 A 2019 ^(4 e 5)	171	170	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de Jan/21	8,38%	A
EMT X ENERGISA PREV - Confissão de Dívida 2020 ^(4 e 5)	2.411	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de Abr/22	8,17%	A
EMT X ENERGISA PREV - Confissão de Dívida 2020 ^(4 e 5)	856	-	INPC + 5.01% a.a.	fev/35	Mensal a partir de Abr/22	8,05%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.152)	(1.417)					
Total em Moeda Nacional	1.163.438	1.653.749					
Resolução 4131-Bank of America ML ^(1 e 6)	131.896	-	EURO + 1.48% a.a.	fev/25	Final	15,19%	A
Citibank Loan - 4131 ^(1 e 6)	-	40.068	LIBOR + 1.70% a.a.	jun/22	Anual a partir de JUN/21	-0,37%	A
Citibank EDC Loan - 4131 ^(1 e 6)	-	40.065	LIBOR + 1.80% a.a.	jun/22	Anual a partir de JUN/21	-0,29%	A
EMT X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021 ^(1 e 6)	127.212	130.840	USD + 1.21% a.a.	jun/24	Final	-2,22%	A
J P MORGAN Loan ^(1 e 6)	316.862	-	USD + 3.04% a.a.	mar/24	Final	-0,85%	A
Merryl Lynch Loan ^(1 e 6)	56.502	67.509	EURO + 0.69% a.a.	dez/22	Final	15,79%	A

Scotiabank Loan ^(1 e 6)	267.764	274.583	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Final	-1,48%	A
Citibank Loan 56416 ^(1 e 6)	63.037	64.793	LIBOR + 0.60% a.a.	fev/23	Final	-1,19%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 ^(1 e 6)	111.529	-	USD + 1.00% a.a.	mar/24	Final	-2,37%	A
Santander Loan ccb1044407 ^(1 e 6)	95.899	-	USD + 2.68% a.a.	fev/23	Final	-1,12%	A
Merryl Lynch Loan 25082021 ^(1 e 6)	248.427	256.476	USD + 1.70% a.a.	set/23	Final	-1,85%	A
Citibank Loan 59606 ^(1 e 6)	108.555	111.759	LIBOR + 1.18% a.a.	ago/23	Final	-0,76%	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(109)					
Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	(53.153)	1.071					
Total em Moeda Estrangeira	1.474.530	987.055					
Total EMT	2.637.968	2.640.804					

EMS							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	292.024	291.785	TR + 7.00% a.a.	out/34	Mensal a partir de Nov/29	6,33%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	179.973	202.403	CDI + 0.70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de Mai/21	9,43%	R
Nota Promissória ⁽¹⁾	83.056	75.735	CDI + 0.95% a.a.	mar/23	Final	9,62%	A
CCB Safra 001660014	83.393	80.230	CDI + 1.80% a.a.	jun/23	Final	10,26%	A
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A ⁽¹⁾	114.418	118.850	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	out/27	Mensal a partir de Abr/22	7,69%	A + R
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B ⁽¹⁾	162.700	153.706	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de Nov/27	7,69%	A + R
EMS X ENERGISA PREV - Migração 2020 ^(4 e 5)	-	547	INPC + 5.00% a.a.	abr/29	Mensal a partir de Jan/21	13,89%	A
Nota Promissória 3ª emissão ⁽¹⁾	57.153	51.809	CDI + 1.75% a.a.	jul/24	Final	10,22%	A
EMS X SANTANDER CCB 1038715	153.893	155.185	CDI + 1.60% a.a.	jul/23	Final	10,11%	A
EMS X ENERGISA PREV - Confissão Dívida 2022 ^(4 e 5)	41	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de Abr/22	8,17%	A
EMS - 1ª Nota comercial 1º série	206.573	-	CDI + 1.40% a.a.	jul/25	Final	9,96%	A
EMS - 1ª Nota comercial 2º série	206.643	-	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de Jul/25	10,07%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(3.967)	(1.496)					
Total em Moeda Nacional	1.535.900	1.128.754					-
Citibank Loan - 4131 ^(1 e 6)	-	40.346	LIBOR + 1.70% a.a.	mai/22	Anual a partir de Mai/21	-0,37%	A
Citibank EDC Loan - 4131 ^(1 e 6)	-	40.337	LIBOR + 1.80% a.a.	mai/22	Anual a partir de Mai/21	-0,29%	A
Citibank EDC Loan - 4131 ^(1 e 6)	59.863	-	EURO + 1.60% a.a.	mar/25	Final	15,10%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML ^(1 e 6)	-	71.635	EURO + 0.99% a.a.	mai/22	Final	15,56%	A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 28012021 ^(1 e 6)	83.402	86.080	USD + 1.83% a.a.	fev/24	Final	-1,75%	A
Loan Citi - 59382 ^(1 e 6)	147.498	151.383	LIBOR + 1.16% a.a.	jul/24	Final	-0,77%	A
Loan Citi - 60975 ^(1 e 6)	167.294	-	USD + 1.00% a.a.	mar/24	Final	-2,37%	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(92)					
Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	(12.019)	(1.508)					
Total em Moeda Estrangeira	446.038	388.181					
Total EMS	1.981.938	1.516.935					

ETO							
Luz para Todos I - Eletrobrás	-	1.073	PRÉ + 6.00% a.a.	abr/22	Mensal a partir de Dez/15	3,73%	R
ETO X BNDES - 20.2.0496-1 ⁽¹⁾	183.026	180.080	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de Abr/22	7,69%	A + R
ETO X ENERGISA PREV - Migração 2020 ^(4 e 5)	1.265	1.297	INPC + 4.96% a.a.	jun/30	Mensal a partir de Jan/21	8,02%	A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017 ^(4 e 5)	16	16	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de Jan/21	8,38%	A

ETO X ENERGISA PREV - Déficit 2017 2018 2019 ^(4 e 5)	51	53	INPC + 4.75% a.a.	ago/29	Mensal a partir de Jan/21	7,86%	A
ETO X ENERGISA PREV- Déficit 2020 ^(4 e 5)	404	-	INPC + 4.75% a.a.	fev/36	Mensal a partir de Abr/22	7,86%	A
ETO X ENERGISA PREV- Déficit 2020 ^(4 e 5)	3.118	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de Abr/22	8,17%	A
ETO - 1ª Emissão Nota Comercial	100.628	-	CDI + 1.55% a.a.	set/25	Final	10,07%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(703)	(791)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	287.805	181.728					
Loan Citi - 4131 ^(1 e 6)	-	31.326	LIBOR + 1.70% a.a.	mai/22	Anual a partir de Mai/21	-0,37%	A
Loan Citi EDC - 4131 ^(1 e 6)	-	31.317	LIBOR + 1.80% a.a.	mai/22	Anual a partir de Mai/21	-0,29%	A
ETO X BAML - LOAN 4131 - 28012021 ^(1 e 6)	83.402	86.080	USD + 1.83% a.a.	fev/24	Final	-1,75%	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(87)					
Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	(5.003)	(16)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	78.399	148.620					
Total ETO	366.204	330.348					
ESS							
ESS X BNDES - 20.2.0497-1	140.902	138.636	IPCA + 2.10% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de Abr/22	7,89%	A + R
ESS X ENERGISA PREV - Migração 2020 ^(4 e 5)	7.528	7.731	INPC + 4.91% a.a.	abr/30	Mensal a partir de Jan/21	7,98%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017 ^(4 e 5)	73	73	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de Jan/21	8,38%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit 2017 2018 2019 ^(4 e 5)	386	400	INPC + 4.75% a.a.	ago/29	Mensal a partir de Jan/21	7,86%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 1ª SERIE	-	9.255	CDI + 1.50% a.a.	ago/22	Final	8,91%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE	10.792	9.801	CDI + 1.50% a.a.	ago/23	Final	10,03%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE	103.594	94.079	CDI + 1.50% a.a.	ago/24	Final	10,03%	A
ESS X ENERGISA PREV- Confissão Dívida 2020 ^(4 e 5)	4.667	-	INPC + 4.75% a.a.	fev/36	Mensal a partir de Abr/22	7,86%	A
ESS X ENERGISA PREV- Confissão Dívida 2020 ^(4 e 5)	663	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de Abr/22	8,17%	A
ESS - 1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	155.239	-	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de Jul/25	10,07%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.878)	(997)					
Total em Moeda Nacional	421.966	258.978					
Loan Citi - 4131 ^(1 e 6)	-	19.143	LIBOR + 1.70% a.a.	jun/22	Anual a partir de Jun/21	-0,37%	A
Loan Citi EDC - 4131 ^(1 e 6)	-	19.147	LIBOR + 1.80% a.a.	jun/22	Anual a partir de Jun/21	-0,29%	jan/00
Merrill lynch Loan ^(1 e 6)	-	154.544	EURO + 0.87% a.a.	jun/22	Final	15,65%	A
Scotiabank Loan ^(1 e 6)	66.941	68.646	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Final	-1,48%	A
Merrill lynch Loan ^(1 e 6)	141.370	168.909	EURO + 0.73% a.a.	jan/23	Final	15,76%	A
Scotiabank Loan - 14122021 ^(1 e 6)	134.096	137.599	USD + 1.98% a.a.	dez/24	Final	-1,64%	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(52)					
Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	(14.026)	200	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	328.381	568.136					
Total ESS	750.347	827.114					
CTCE							
Credores "RJ" - BMG	5.671	5.333	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	5.671	5.333					
Total CTCE	5.671	5.333					
Em Moeda Nacional	3.628.572	3.421.811					
Em Moeda Estrangeira	2.327.348	2.091.992					
Total Rede Consolidada	5.955.920	5.513.803					

(*) A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis.

- (1) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 em diante Para os financiamentos do BAML (com exceção de duas captações com vencimento em 02/2023), EDC, Citibank e Scotiabank com vencimento até 02/2024, com o Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento Para os financiamentos com Scotiabank, Citi e BAML com vencimentos a partir de 03/2024	Trimestral e Anual
(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato: Para os financiamentos com o BNDES.	

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 30 de setembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “*Fair Value Option*” (vide nota explicativa nº 32).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo de 30 de setembro de 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32.
- (4) Contato firmado com a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2020 e 2021.
- (5) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas. Os contratos têm como finalidade a cobertura dos déficits dos planos de previdência.
- (6) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 32).

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$65.055 (R\$88.575 em 31 de dezembro de 2021), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

A Companhia e suas controladas possuem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/09/2022	31/12/2021
US\$ x R\$	(3,12%)	7,39%
SELIC	8,98%	4,38%
CDI	8,91%	4,42%
IPCA	4,09%	10,06%
LIBOR	1,48%	0,16%
TR	1,12%	0,05%
Euro	(16,30%)	(0,89%)

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2023	-	36.910
2024	-	1.104.922
2025	-	1.103.474
2026	-	323.532
Após 2026	213.609	1.789.988
Total	213.609	4.358.826

20. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2021	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 30/09/2022
Mensuradas ao custo - pós fixado					
Pré Fixado	74.158	(3.339)	2.480	5.890	79.189
Total ao custo	74.158	(3.339)	2.480	5.890	79.189
Circulante	1.409				550
Não Circulante	72.749				78.639

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado					
Pré Fixado	67.314	(3.339)	3.339	6.844	74.158
Total ao custo	67.314	(3.339)	3.339	6.844	74.158
Circulante	1.409				1.409
Não Circulante	65.905				72.749

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 30/09/2022
Mensuradas ao custo - pós fixado									
Pré Fixado	74.158	-	-	(3.339)	2.480	-	-	5.890	79.189
Pos Fixado									
CDI	1.681.640	270.000	(118.770)	(133.766)	164.337	-	-	-	1.863.441
IPCA	2.664.764	431.000	(218.651)	(108.424)	238.956	-	-	-	3.007.645
Gastos com captação	(46.816)	-	-	-	8.099	(13.392)	-	-	(52.109)
Marcação a mercado	19.344	-	-	-	-	-	(78.461)	-	(59.117)
Total ao custo	4.393.090	701.000	(337.421)	(245.529)	413.872	(13.392)	(78.461)	5.890	4.839.049
Circulante	600.911								962.776
Não Circulante	3.792.179								3.876.273

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado									
Pré Fixado	67.314	-	-	(3.339)	3.339	-	-	6.844	74.158
Pos Fixado									
CDI	2.058.841	-	(399.533)	(78.621)	100.953	-	-	-	1.681.640
IPCA	1.704.789	752.000	-	(86.845)	294.820	-	-	-	2.664.764
Gastos com captação	(32.517)	-	-	-	8.767	(23.066)	-	-	(46.816)
Marcação a mercado	170.969	-	-	-	-	-	(151.625)	-	19.344
Total ao custo	3.969.396	752.000	(399.533)	(168.805)	407.879	(23.066)	(151.625)	6.844	4.393.090
Circulante	429.417								600.911
Não Circulante	3.539.979								3.792.179

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	30/09/2022	31/12/2021							
REDE ENERGIA									
4ª Emissão	79.189	74.158	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov-35	Final	1,00%	SG
Total REDE ENERGIA	79.189	74.158							
ETO									
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	-	51.774	15/06/2017	39771 / 39771	IPCA + 5.60% a.a.	jun/22	Final	8,26%	SG
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	47.873	46.483	15/06/2017	35696 / 35696	IPCA + 5.66% a.a.	jun/24	Final	8,31%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	13.007	12.050	15/10/2017	9526 / 9526	IPCA + 4.49% a.a.	out/22	Final	7,44%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.428	2.247	15/10/2017	1775 / 1775	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	7,60%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.537	4.185	15/10/2017	3304 / 3304	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	7,90%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	43.261	39.468	15/10/2017	116395 / 116395	107.750% CDI	out/22	Anual a partir de Out/20	9,60%	SG
Debêntures 4ª Emissão	301.623	292.403	15/09/2018	240000 / 240000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de Set/23	7,88%	A
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	247.737	238.972	10/06/2019	237596 / 237596	CDI + 0.95% a.a.	jun/24	Final	9,62%	A
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	169.439	163.364	10/06/2019	162404 / 162404	CDI + 1.15% a.a.	jun/26	Final	9,77%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	8.259	7.840	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	7,25%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	63.841	60.565	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de Out/28	7,43%	SG
Debêntures 7ª Emissão	89.834	84.555	15/10/2021	82000 / 82000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de Out/29	8,62%	SG
Debêntures 8ª Emissão 1ª Série	57.111	-	15/04/2022	55.689 / 55.689	IPCA + 6.16% a.a.	abr/29	Anual a partir de Abr/27	8,67%	SG
Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	35.203	-	15/04/2022	34.311 / 34.311	IPCA + 6.28% a.a.	abr/32	Anual a partir de Abr/30	8,76%	SG
Custos de captação	(7.067)	(6.691)							
Marcação à Mercado de Dívida	(13.737)	395							
Total ETO	1.063.349	997.610							
EMS									
Debêntures 8ª Emissão	-	102.263	15/09/2017	30000 / 30000	107.500% CDI	set/22	Anual a partir de Set/20	9,58%	A
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	14.694	13.614	15/10/2017	10762 / 10762	IPCA + 4.49% a.a.	out/22	Final	7,44%	SG
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	2.745	2.538	15/10/2017	2006 / 2006	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	7,60%	SG
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	5.126	4.728	15/10/2017	3733 / 3733	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	7,90%	SG
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	48.875	44.590	15/10/2017	131499 / 131499	107.750% CDI	out/22	Anual a partir de Out/20	9,60%	SG
Debêntures 11ª Emissão	194.798	188.843	15/09/2018	155000 / 155000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de Set/23	7,88%	A
Debêntures 12ª Emissão	114.618	110.623	10/06/2019	110000 / 110000	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	9,46%	A
Debêntures 13ª Emissão	-	19.339	22/01/2020	7500 / 7500	CDI + 0.70% a.a.	jan/22	Semestral a partir de Jul/20	9,43%	A
Debêntures 14ª Emissão	141.572	143.914	25/08/2020	139471 / 139471	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de Ago/23	10,63%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	10.312	9.789	11/10/2020	8590 / 8590	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	7,25%	SG
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	79.814	75.719	11/10/2020	66410 / 66410	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de Out/28	7,43%	SG
Debêntures 16ª Emissão	350.570	329.970	15/10/2021	320.000 / 320.000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de Out/29	8,62%	A
Debêntures 17ª Emissão	152.329	-	22/08/2022	150.000 / 150.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de Ago/26	10,11%	A
Custos de captação	(13.454)	(14.424)							
Marcação à Mercado de Dívida	(12.113)	9.148							
Total EMS	1.089.886	1.040.654							
EMT									
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	-	106.598	15/06/2017	81885 / 81885	IPCA + 5.60% a.a.	jun/22	Final	8,26%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	98.565	95.704	15/06/2017	73494 / 73494	IPCA + 5.66% a.a.	jun/24	Final	8,31%	SG
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	14.396	13.338	15/10/2017	10544 / 10544	IPCA + 4.49% a.a.	out/22	Final	7,44%	SG
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.688	2.487	15/10/2017	1965 / 1965	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	7,60%	SG
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	5.022	4.632	15/10/2017	3657 / 3657	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	7,90%	SG

Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	47.885	43.685	15/10/2017	128834 / 128834	107.750% CDI	out/22	Anual a partir de Out/20	9,60%	SG
Debêntures 9ª Emissão	483.854	469.059	15/09/2018	385000 / 385000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de Set/23	7,88%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	122.432	118.164	10/06/2019	117500 / 117500	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	9,46%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	33.898	32.689	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05% a.a.	jun/29	Anual a partir de Jun/27	9,70%	A
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	132.360	133.742	15/02/2020	130000 / 130000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	9,62%	A
Debêntures 12ª Emissão	387.098	393.503	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de Ago/23	10,63%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	72.212	68.431	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	7,25%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	84.078	79.628	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de Out/28	7,43%	A
Debêntures 14ª Emissão	383.436	360.906	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de Out/29	8,62%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	168.636	-	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6.16% a.a.	abr/29	Anual a partir de Abr/27	8,67%	A
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	98.048	-	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28% a.a.	abr/32	Anual a partir de Abr/30	8,76%	A
Custos de captação	(25.419)	(22.281)							
Marcação à Mercado de Dívida	(27.902)	9.614							
Total EMT	2.081.287	1.909.899							
ESS									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	-	56.034	15/06/2017	18397 / 18397	IPCA + 5.60% a.a.	jun/22	Final	8,26%	SG
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	51.810	50.307	15/06/2017	16511 / 16511	IPCA + 5.66% a.a.	jun/24	Final	8,31%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	11.715	10.854	15/10/2017	8580 / 8580	IPCA + 4.49% a.a.	out/22	Final	7,44%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.188	2.023	15/10/2017	1599 / 1599	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	7,60%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.088	3.770	15/10/2017	2977 / 2977	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	7,90%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	38.968	35.551	15/10/2017	104844 / 104844	107.750% CDI	out/22	Anual a partir de Out/20	9,60%	SG
Debêntures 4ª Emissão	87.973	85.285	15/09/2018	70000 / 70000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de Set/23	7,88%	A
Debêntures 5ª Emissão	61.105	61.773	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 1.15% a.a.	fev/25	Final	9,77%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	8.259	7.840	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	7,25%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	63.841	60.565	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de Out/28	7,43%	SG
Debêntures 7ª Emissão	85.061	-	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10% a.a.	jan/32	Anual a partir de Jan/30	8,63%	A
Debêntures 8ª Emissão	121.864	-	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de Ago/26	10,11%	A
Custos de captação	(6.169)	(3.420)							
Marcação à Mercado de Dívida	(5.365)	187							
Total ESS	525.338	370.769							
TOTAL	4.950.275	4.420.562							
Custos de captação	(52.109)	(46.816)							
Marcação à Mercado de Dívida	(59.117)	19.344							
Total em moeda nacional	4.839.049	4.393.090							
CONSOLIDADO	4.839.049	4.393.090							

(*) A = Aval Energisa S/A e SG = Sem Garantia

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S/A foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$265.806 (R\$268.871 em 31 de dezembro de 2021) de ajuste a valor presente.

Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 em diante Para a 9ª, 10ª e 11ª emissões da EMT, 11ª, 12ª e 13ª emissões da EMS, 4ª e 5ª emissões da ETO, 4ª e 5ª emissões da ESS	
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,0x até a data de vencimento (não considera CVA no cálculo) Para 8ª emissão da EMS	Trimestral e Anual
(*) EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios	Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento Para 14ª, 15ª e 16ª emissões da EMS e 12ª, 13ª e 14ª emissões da EMT	

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 30 de setembro de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2023	-	(2.187)
2024	-	1.176.846
2025	-	572.020
2026	-	292.310
Após 2026	78.639	1.837.284
Total	78.639	3.876.273

21. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	-	-	916.095	886.393
Impostos sobre Serviços - ISS	-	-	14.442	12.424
Encargos Sociais	1	1	30.995	35.782
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ ⁽²⁾	-	-	26.317	36.178
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL ⁽²⁾	-	-	13.023	14.214
Contribuições ao PIS e COFINS	189	93	147.435	104.109
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	579	510	5.388	6.870
Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta	-	-	108	334
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	1	1	1	5
Outros	4	18	14.379	14.664
Total	774	623	1.168.183	1.110.973
Circulante	774	623	406.008	491.013
Não Circulante	-	-	762.175	619.960

⁽¹⁾ ICMS - a controlada Energisa Sul Sudeste, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R\$40.846 (R\$41.691 em 31 de dezembro de 2021) com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$689.626 (R\$555.217 em 31 de dezembro de 2021) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

⁽²⁾ Inclui IRPJ e CSLL incidente sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica. A controlada EMS possui liminar de suspensão de cobrança com depósito judicial.

22. Parcelamento de impostos - consolidado

A controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo de ICMS, conforme demonstrado abaixo

Descrição	ICMS
Principal	91.786
Multa	4.589
Juros	6.869
Total parcelado	103.244
Forma de adesão	Ordinário
Índice de atualização	SELIC
Vigência do parcelamento	04/2013 a 05/2023

A movimentação do período/exercício está demonstrada abaixo:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Saldo em 31/12/2021 e 31/12/2020	22.365	37.278
Atualização	1.433	3.542
Baixas	(13.841)	(18.455)
Saldo em 30/09/2022 e 31/12/2021	9.957	22.365
Circulante	9.020	17.314
Não Circulante	937	5.051
Número de parcelas a vencer	8	17

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	30/09/2022
2022	4.523
2023	5.434
Total	9.957
Circulante	9.020
Não circulante	937

23. Encargos setoriais - consolidado

	30/09/2022	31/12/2021
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26.773	26.719
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT ⁽¹⁾	4.394	4.766
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽¹⁾	2.197	2.386
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	10.576	19.304
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	102.335	100.237
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	116.836	117.554
Total	263.111	270.966
Circulante	185.593	200.529
Não circulante	77.518	70.437

⁽¹⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 0673 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 10 - Outros créditos - Ordens de serviços em curso - - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis e intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas a concessão.

24. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO e ESS até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros. A partir de 01 de julho de 2022, os valores devidos, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue as movimentações ocorridas no período:

	30/09/2022	31/12/2021
Saldo em 31/12/2021 e 31/12/2020	107.237	115.459
Adição no período/exercício	128.913	51.975
Atualização monetária e juros	64.468	34.495
Baixas/pagamentos	(194.745)	(94.692)
Saldo em 30/09/2022 e 31/12/2021	105.873	107.237
Circulante	105.873	107.237

25. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias - consolidado

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, tributária e regulatória.

25.1. Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	30/09/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021 e 31/12/2020 - Não circulante	61.555	144.123	3.725	24.089	233.492	307.660
Constituições de provisões	33.949	87.548	-	6.867	128.364	60.662
Reversões de provisões	(23.530)	(46.572)	(136)	(11.069)	(81.307)	(41.618)
Pagamentos realizados	(31.244)	(57.492)	(7)	-	(88.743)	(110.929)
Atualização monetária	(1.714)	427	89	(4.058)	(5.256)	17.717
Saldos em 30/09/2022 e 31/12/2021 - Não circulante	39.016	128.034	3.671	15.829	186.550	233.492
Cauções e depósitos vinculados ⁽¹⁾					(31.543)	(34.437)

⁽¹⁾ As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$250.963 (R\$251.835 em 31 de dezembro de 2021). Deste total, R\$56.563 (R\$51.384 em 31 de dezembro de 2021) correspondem aos depósitos correspondentes ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que se encontram em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de tributos e contribuições sociais e R\$162.857 (R\$166.014 em 31 de dezembro de 2021), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Trabalhistas

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos de horas extras/reflexos e verbas rescisórias atrelados a funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregado. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia e controladas serem vencidas nas ações.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa.

Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

Regulatórios

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos de contingências regulatórias junta à ANEEL, referente a descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

25.2. Perdas possíveis:

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

Controladora	Cíveis	Fiscais	30/09/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021 e 31/12/2020	59.206	12.436	71.642	60.876
Mudança de prognósticos e valor pedido	(9)	(501)	(510)	7.186
Encerramento de processos	-	-	-	(1.599)
Atualização monetária	3.208	915	4.123	5.179
Saldos em 30/09/2022 e 31/12/2021	62.405	12.850	75.255	71.642

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	30/09/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021 e 31/12/2020	102.537	1.456.839	750.139	39.077	2.348.592	2.942.821
Novos processos	4.906	24.604	17.373	37.716	84.599	222.682
Mudança de prognósticos e valor pedido	(37.810)	36.693	(10.758)	(17.038)	(28.913)	(216.053)
Encerramento de processos	(11.949)	(54.660)	(753)	-	(67.362)	(788.073)
Atualização monetária	5.359	79.810	60.165	1.931	147.265	187.215
Saldos em 30/09/2022 e 31/12/2021	63.043	1.543.286	816.166	61.686	2.484.181	2.348.592

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhista referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa.

Principais processos:

Rede Energia - Controladora

. Ação 01415375820128260100 de execução por quantia certa com montante envolvido de R\$59.435 (R\$56.381 em 31 de dezembro de 2021), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$382.261 (R\$362.619 em 31 de dezembro de 2021) onde autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$88.472 (R\$83.926 em 31 de dezembro de 2021), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$50.136 (R\$47.560 em 31 de dezembro de 2021), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$43.303 (R\$41.078 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

. Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041, no montante de R\$35.996 (R\$34.146 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$213.585 (R\$202.610 em 31 de dezembro de 2021), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$75.501 (R\$75.225 em 31 de dezembro de 2021), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário da controlada EMS, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

ETO

Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$42.173 (R\$40.006 em 31 de dezembro de 2021) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

CTCE

Processo de arbitragem 07/2021 recebido em novembro/21 com valor envolvido de R\$46.694 (R\$42.990 em 31 de dezembro de 2021), movido pela Tocantins Energética para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato mantido entre as partes. Ainda que venha a ser condenada no valor pleiteado, a Companhia entende que o pagamento se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE.

Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa; (vi) escrituração de documento fiscal; (vii) multa não escrituração CIAP; (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; e (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

Principais processos:

EMT

. Processo nº 14094.720008/2018-36, no montante de R\$94.515 (R\$87.017 em 31 de dezembro de 2021) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$131.423 (R\$120.997 em 31 de dezembro de 2021), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.

. Ação Administrativa 59994/2012, no montante de R\$95.410 (R\$87.841 em 31 de dezembro de 2021), relacionado à concessão de benefício fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS Estado do Mato Grosso.

EMS

. Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R\$80.769 (R\$74.361 em 31 de dezembro de 2021), na qual se discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$215.469 (R\$206.707 em 31 de dezembro de 2021). Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado.

Regulatórios

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a suposto descumprimento de preceito regulatório.

EMT

. Processo administrativo 48500.000719/2022, no montante de R\$37.716 recebido em agosto de 2022, envolvendo discussão sobre limites regulatórios para indicadores de DEC e FEC.

26. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Participações Empregados	-	-	-	51.968
Outros Benefícios a empregados	-	-	10.238	8.160
Entidade Seguradora	-	-	847	5.326
Retenção de caução contratual empreiteiras	-	-	9.369	27.408
Adiantamentos de clientes	152	152	44.502	46.873
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	16.822	16.822
Encargos Tarifários	-	-	8.183	2.726
Bônus de redução voluntária de consumo ⁽¹⁾	-	-	4.032	158.239
Transferência de Ativos Global Energia Elétrica	-	-	10.468	10.468
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso ⁽²⁾	-	-	43.996	44.759
Efeitos da Redução do ICMS na base de PIS/COFINS ⁽³⁾	-	-	2.303.456	2.416.299
Credores Recuperação Judicial	-	-	79.032	71.041
Outras contas a pagar	280	280	128.264	78.264
Total	432	432	2.659.209	2.938.353
Circulante	279	279	205.038	359.023
Não Circulante	153	153	2.454.171	2.579.330

⁽¹⁾ Vide nota explicativa nº 8.4;

⁽²⁾ Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD").

⁽³⁾ **Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - Consolidado**

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido em julho de 2019 referente a ETO, em maio de 2020, agosto de 2021 e fevereiro de 2022 referente a ESS, em setembro de 2021, referente a EMT e em março de 2022 referente a EMS. Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, as controladas diretas ETO, ESS, EMT e EMS constituíram ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$2.283.536 (R\$2.397.077 em 31 de dezembro de 2021) e passivo de R\$2.303.456 (R\$2.416.299 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado, líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos incidentes. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O Art 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima referida, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, a partir do primeiro processo tarifário subsequente ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

A Aneel poderá determinar a antecipação da destinação do crédito (no processo tarifário) ao requerimento à RFB, desde que haja anuência da distribuidora de energia elétrica quanto ao valor a ser antecipado e seja a distribuidora de energia elétrica restituída da remuneração referente ao valor antecipado.

A remuneração da antecipação será definida pela Aneel mediante revisão tarifária extraordinária com vistas a efetuar exclusivamente a destinação referente às decisões judiciais anteriores à entrada em vigor da nova Lei e aplicar-se às distribuidoras de energia elétrica cujos últimos processos tarifários tenham sido homologados a partir de janeiro de 2022.

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Ativo		
Saldos em 31/12/2021 e 31/12/2020	2.397.077	280.655
Tributos a recuperar PIS e COFINS - Novos Entrantes	-	1.716.655
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	151.357	486.383
Créditos Utilizados no período	(264.898)	(86.616)
Total	2.283.536	2.397.077
Passivo ⁽¹⁾		
Saldos em 31/12/2021 e 31/12/2020	2.416.299	277.645
Valores a serem repassados aos Consumidores - Novos Entrantes	-	1.716.655
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	149.055	464.160
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores ⁽²⁾	(261.898)	(42.161)
Total	2.303.456	2.416.299

⁽¹⁾ Deduzidos de R\$33.886 (R\$26.804 em 31 de dezembro de 2021) referente aos custos incorridos com advogados, consultores e tributos.

⁽²⁾ Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, vide nota explicativa nº 8.2.

27. Patrimônio líquido

27.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2022 é de R\$3.223.218 (R\$3.223.218 em 31 de dezembro de 2021), representando por 2.110.323 (2.110.323 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 3.000.000.000 ações ordinárias, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

27.2. Reserva de capital

	30/09/2022	31/12/2021
Transação entre sócios ⁽¹⁾	(14.581)	(14.590)
Incentivos fiscais de Reinvestimentos ⁽²⁾	15.213	2.939
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	7.556	6.395
Total	8.188	(5.256)

⁽¹⁾ Inclui ganhos e perdas apurados pelo aumento de percentual de participação no capital social de controladas e de distribuição de dividendos diferenciados atribuídos às ações ordinárias e preferências de controladas.

Transações entre sócios	30/09/2022	31/12/2021
Saldo em 31/12/2021 e 31/12/2020	(14.590)	4.595
Transações entre sócios - reflexo ⁽¹⁾	9	(19.185)
Saldo em 30/09/2022 e 31/12/2021	(14.581)	(14.590)

⁽¹⁾ inclui parcela reflexa do percentual de participação nas controladas ESS, EMS, Rede Power, EMT, ETO, Multi Energisa, QMRA e CTCE, referente a transações contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

⁽²⁾ Incentivos fiscais de reinvestimentos - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDAM à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDAM, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDAM, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação.

⁽³⁾ Programa de remuneração variável (ILP) - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 11).

27.3. Reservas de lucros - redução de incentivo fiscal (imposto de renda) - controladas

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda	
			30/09/2022	31/12/2021
EMT	SUDAM	114/2014	191.352	215.844
ETO	SUDAM	113/2014	46.390	57.493
Total			237.742	273.337

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período/exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

27.4. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

Em Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2022, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2021, no montante de R\$340.923, equivalentes a R\$0,161550284724 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos foram realizados em 27 de junho 2022, com base na posição acionária da Companhia em 02 de maio de 2022.

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de agosto de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 junho de 2022, no montante de R\$360.000, equivalentes a R\$0,170589969497253 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 25 de agosto de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 16 de agosto de 2022.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

28. Receita operacional - consolidada

	30/09/2022				30/09/2021			
	Fora do escopo dos auditores independentes		01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	Fora do escopo dos auditores independentes		01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	3.483.213	5.972.865	1.727.996	5.524.804	3.342.282	5.923.336	1.797.271	5.189.002
Industrial	29.461	872.249	276.200	795.194	30.468	887.679	291.742	762.011
Comercial	281.000	2.441.243	730.990	2.347.136	275.825	2.438.011	783.885	2.214.197
Rural	340.063	1.789.017	538.465	1.495.880	395.919	1.925.567	564.093	1.393.311
Poder público	35.957	672.288	201.341	625.213	35.613	559.968	179.333	485.030
Iluminação pública	5.920	662.255	118.689	380.491	5.121	715.473	142.747	398.316
Serviço público	5.273	360.186	94.496	294.424	5.094	371.132	105.652	278.286
Consumo próprio	983	18.559	-	-	958	18.765	-	-
Subtotal	4.181.870	12.788.662	3.688.177	11.463.142	4.091.280	12.839.931	3.864.723	10.720.153
Suprimento de energia a concessionárias	-	1.551.938	68.457	178.031	-	1.776.506	354.952	597.136
Fornecimento não faturado líquido	-	(17.647)	89.420	147.533	-	(32.994)	247.450	373.799
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	1.290	-	484.100	1.319.472	1.123	-	419.208	1.147.192
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	638.985	1.621.910	-	-	408.863	933.322
Serviços Especializados	-	-	4.403	12.690	-	-	4.000	11.764
Penalidades regulatórias	-	-	(8.393)	(62.014)	-	-	(5.382)	(39.713)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	(1.719.001)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	-	-	-	-	-	1.719.001
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	(84.824)	235.958	-	-	162.666	325.380
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	231.712	554.044	-	-	471.555	1.248.876
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	262.581	708.880	-	-	236.108	651.049
Outras receitas operacionais	-	-	52.544	158.905	-	-	59.054	127.630
Total - receita operacional bruta	4.183.160	14.322.953	5.427.162	16.338.551	4.092.403	14.583.443	6.223.197	16.096.588
Deduções da receita operacional:								
ICMS	-	-	697.735	2.264.283	-	-	959.383	2.655.239
PIS	-	-	68.761	201.593	-	-	77.226	221.964
COFINS	-	-	316.722	928.554	-	-	355.707	1.022.381
CPRB	-	-	380	1.134	-	-	360	1.061
ISS	-	-	626	1.801	-	-	596	1.623
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT	-	-	-	-	-	-	(12.487)	(28.005)

Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	12.927	37.740	-	-	15.403	39.181
Encargos de consumidor - Procel	-	-	3.232	9.435	-	-	3.851	9.795
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	482.422	1.466.769	-	-	327.696	982.728
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	6.466	18.872	-	-	7.704	19.592
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	6.466	18.872	-	-	7.704	19.592
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	3.232	9.435	-	-	3.851	9.795
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	5.872	16.743	-	-	5.184	14.323
Total - deduções da receita operacional	-	-	1.604.841	4.975.231	-	-	1.752.178	4.969.269
Total - receita operacional líquida	4.183.160	14.322.953	3.822.321	11.363.320	4.092.403	14.583.443	4.471.019	11.127.319

(1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

29. Energia elétrica comprada para revenda - consolidado

	MWh ⁽¹⁾		R\$			
	30/09/2022	30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Energia de Itaipu - Binacional	2.361.801	2.366.914	257.844	701.870	458.190	1.077.564
Energia de leilão	7.313.228	6.975.318	554.150	1.656.568	715.959	1.840.530
Energia bilateral e outros suprimentos	2.715.945	3.265.025	310.578	965.745	328.919	957.736
Reembolso CCC	-	-	(6.209)	(27.970)	(8.631)	(23.779)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 ⁽²⁾	505.786	510.558	60.408	174.619	42.055	130.578
Energia de curto prazo - CCEE	47.519	60.924	42.739	196.326	444.184	894.010
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	3.715.815	3.656.340	183.552	503.172	405.378	767.816
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	300.512	310.612	75.215	225.645	48.539	145.616
Energia de Reserva - ERR	-	-	66.736	191.658	(11.521)	53.162
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(139.526)	(416.911)	(214.868)	(524.348)
Total	16.960.606	17.145.691	1.405.487	4.170.722	2.208.204	5.318.885

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

(2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

30. Outros resultados - consolidado

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Outras Receitas:				
Ganhos na alienação/desativação	9.213	13.842	5.729	22.132
Receita com cessão de créditos ao FIDC ⁽¹⁾	-	-	-	63.641
Outras	(2.874)	-	2.009	4.650
Total	6.339	13.842	7.738	90.423
Outras Despesas:				
Perdas na alienação/desativação	(25.043)	(73.673)	(25.017)	(76.581)
Impostos sobre ganhos (PIS/COFINS/ICMS)	(4.465)	(13.733)	(5.307)	(11.689)
Efeitos oriundos a adesão ao REFIS ICMS Demanda ⁽²⁾	-	-	(89.350)	(89.350)
Outras	(2.112)	(2.317)	(789)	-
Total	(31.620)	(89.723)	(120.463)	(177.620)

⁽¹⁾ Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento: em janeiro de 2021, as controladas da Companhia realizaram cessão de créditos inadimplidos para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S/A A valoração dos créditos para a cessão a valor justo para os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs.

⁽²⁾ Efeitos oriundos a adesão ao REFIS ICMS Demanda: refere-se a provisão para perda no valor de R\$81.191, em 30 de setembro de 2021, e perda efetiva de R\$8.159, em 30 de setembro de 2021, conforme nota explicativa nº 6.

31. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			30/09/2022	31/12/2021
Riscos Operacionais	22/11/2022	90.000	3.067	3.043
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	1.917	1.917
Auto - Frota	23/10/2022	Até 1.110/veículo	519	354
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	147.413	1.388	1.355
Transporte Nacional	04/04/2023	Até 5.000/viagem	87	87
Riscos Diversos (RD) Equipamentos	14/02/2023	3.500	333	-
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores	05/03/2023	75.000	194	194
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2023	941/drone	14	13
			7.519	6.963

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período foram de R\$235.958 (R\$325.380 em 30 de setembro de 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	30/09/2022		31/12/2021	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		960	960	8.183	8.183
Créditos com partes relacionadas		418	418	384	384
		1.378	1.378	8.567	8.567
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	335.483	335.483	206.582	206.582
		335.483	335.483	206.582	206.582
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		191	191	166	166
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		292.981	292.981	267.427	267.427
Débitos com partes relacionadas		230.729	230.729	211.776	211.776
		523.901	523.901	479.369	479.369

Consolidado					
	Nível	30/09/2022		31/12/2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		151.257	151.257	275.772	275.772
Clientes, consumidores e concessionárias		4.156.189	4.156.189	4.015.766	4.015.766
Títulos de créditos a receber		11.699	11.699	11.417	11.417
Ativos financeiros setoriais		631.618	631.618	1.600.864	1.600.864
		4.950.763	4.950.763	5.903.819	5.903.819
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.004.308	2.004.308	1.175.390	1.175.390
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	6.766.980	6.766.980	5.666.627	5.666.627
Instrumentos financeiros derivativos	2	580.364	580.364	899.183	899.183
		9.351.652	9.351.652	7.741.200	7.741.200
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		1.152.162	1.152.162	1.474.168	1.474.168
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		10.794.969	10.820.667	9.906.893	9.926.383
Débitos com partes relacionadas		235.646	235.646	216.239	216.239
Parcelamento de impostos		9.957	9.957	22.365	22.365
Passivos financeiros setoriais		503.506	503.506	733.935	733.935
Arrendamentos operacionais		8.683	8.683	12.975	12.975
		12.704.923	12.730.621	12.366.575	12.386.065
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	313.245	313.245	219.058	219.058
		313.245	313.245	219.058	219.058

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como “hedge accounting”. Em 30 de setembro de 2022 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$78.461 (R\$126.777 em 30 de setembro de 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de setembro de 2022 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$83.948 (R\$5.734 em 30 de setembro de 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”

(revista anualmente e disponível na website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Dívida ⁽¹⁾	10.794.969	9.906.893
Partes Relacionadas ⁽²⁾	235.646	216.239
Caixa e equivalentes de caixa	(151.257)	(275.772)
Dívida líquida	10.879.358	9.847.360
Patrimônio líquido ⁽³⁾	4.202.198	3.716.681
Índice de endividamento líquido	2,59	2,64

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 19 e nº 20.

⁽²⁾ Conforme detalhamento na nota explicativa nº 11.

⁽³⁾ O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até os vencimentos contratuais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		191	-	-	-	-	191
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	-	4.305	9.645	5.570	220.572	240.092
Total		191	4.305	9.645	5.570	220.572	240.283

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.081.984	-	-	-	70.178	1.152.162
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	9,84%	1.624.246	1.507.130	4.567.089	1.371.087	5.691.970	14.761.522

Instrumentos Financeiros

Derivativos

Total

	75.220	75.119	(180.215)	(14.114)	(223.129)	(267.119)
Total	2.781.450	1.582.249	4.386.874	1.356.973	5.539.019	15.646.565

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S/A tem a função de supervisionar se a Administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica controladas, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	5.1	960	8.183	138.927	275.772
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	335.483	206.582	2.004.308	1.175.390
Clientes, consumidores e concessionárias.	6	-	-	4.156.189	4.015.766
Títulos de créditos a receber		-	-	-	11.417
Ativo financeiro setorial	9	-	-	631.618	1.600.864
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	-	-	6.766.980	5.666.627
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	-	580.364	899.183
Créditos com partes relacionadas	11	418	384	-	-

Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 19, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2022 com queda de 6,14% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,5805/ USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2022 era de 13,82%, enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi de 10,79%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 30 de setembro de 2022 com queda de 13,24% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$6,3210/Euro. A volatilidade do Euro era de 12,97% em 30 de setembro de 2022.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de setembro de 2022, de R\$10.087.879 (R\$9.958.750 em 31 de dezembro de 2021), cerca de R\$2.287.341 (R\$2.092.332 em 31 de dezembro de 2021) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 19 e nº 20. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moeda estrangeira possuem vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em março de 2025.

O balanço patrimonial consolidado apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Ativo circulante	142.918	350.344
Ativo não circulante	437.446	548.839
Total do ativo	580.364	899.183
Passivo circulante	293.257	219.058
Passivo não circulante	19.988	-
Total do passivo	313.245	219.058

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ETO					
Resolução 4131 - BOFA	15.372	USD + 2,1529%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,8083%	CDI + 0,85%	12/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,5840%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(LIBOR + 0,60%) x 117,647%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	23.432	USD + 1,4200%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOFA	45.875	USD + 2,00%	CDI + 1,50%	01/09/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.000	(LIBOR + 1,18%) x 117,647%	CDI + 1,63%	28/08/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOFA	24.876	EUR + 1,7459%	CDI + 1,60%	14/02/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	58.525	USD + 3,5765%	CDI + 1,55%	18/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.619	(SOFR + 1,00%) x 117,647%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	17.682	USD + 3,20%	CDI + 1,60%	27/02/2023	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - BOFA	15.372	USD + 2,1529%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	27.053	(LIBOR + 1,16%) x 117,647%	CDI + 1,75%	29/07/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.310	EUR + 1,8788%	CDI + 1,60%	21/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	30.928	(SOFR + 1,00%) x 117,647%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,5840%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EUR + 0,8538%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	24.635	USD + 2,33%	CDI + 1,60%	17/12/2024	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
Itaú BBA x EMT	73.494	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	10.544	IPCA + 4,4885%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	1.965	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	3.657	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	N.A
Itaú x EMT	385.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	N.A
J.P. Morgan x EMT	73.311	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,78%	15/04/2024	N.A
Bank of America x EMT	64.107	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	15/10/2026	N.A
Itaú x EMT	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
BR Partners x EMT	350.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,80%	15/10/2031	N.A
BR Partners x EMT	164.437	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	N.A
BR Partners x EMT	95.563	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	N.A
ETO					
Itaú BBA x ETO	35.696	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	9.526	IPCA + 4,4885%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	1.775	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	3.304	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	N.A
Itaú x ETO	240.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	N.A
J.P. Morgan x ETO	55.648	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bank of America x ETO	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
J.P. Morgan x ETO	82.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	N.A
BR Partners x ETO	55.689	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	N.A
BR Partners x ETO	34.311	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	N.A
ESS					
Itaú BBA x ESS	22.121	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	16.511	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	8.580	IPCA + 4,4885%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	1.599	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	N.A
J.P. Morgan x ESS	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	N.A
Itaú x ESS	70.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	N.A
J.P. Morgan x ESS	55.648	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bank of America x ESS	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
BR Partners x ESS	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	N.A
EMS					
J.P. Morgan x EMS	10.762	IPCA + 4,4885%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMS	2.006	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMS	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	N.A
Itaú x EMS	155.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	N.A
J.P. Morgan x EMS	69.586	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bank of America x EMS	9.163	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
Itaú x EMS	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
J.P. Morgan x EMS	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	N.A

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “*fair value option*”, vigentes em 30 de setembro de 2022:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	30/09/2022	31/12/2021		30/09/2022	31/12/2021
Dívida designada para “Fair Value Option”	2.250.084	1.702.569	Taxa Pré-Fixada	(2.327.446)	(2.092.394)
Swap Cambial (derivativo)	2.250.084	1.702.569	Posição ativa: Taxa Pré-Fixada	2.327.446	2.092.394
			Posição passiva: Taxa de Juros CDI	(2.293.724)	(1.716.908)
			Posição Líquida Swap	33.722	375.486
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.293.724)	(1.716.908)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo, (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	30/09/2022	31/12/2021		30/09/2022	31/12/2021
Dívida (Objeto de Hedge) (1)	2.913.778	2.647.478	Taxa Pré-fixada	(2.552.054)	(2.311.954)
Swap de Juros (Instrumentos de Hedge)	2.913.778	2.647.478	Posição ativa: Taxa Pré-Fixada	3.264.474	3.003.715

Posição passiva: Taxa de Juros CDI	(3.031.077)	(2.699.076)
Posição Líquida Swap	233.397	304.639
Posição Líquida Dívida + Swap	(2.318.657)	(2.007.315)

(1) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro 2021 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e 20 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.250.084)	Alta USD	(1.936.491)	(2.439.954)	(2.943.417)
Variação Dívida			313.593	(189.870)	(693.333)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	2.327.446		2.013.853	2.517.316	3.020.779
Variação - USD e LIBOR			(313.593)	189.870	693.333
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(2.293.724)		(2.309.398)	(2.309.398)	(2.309.398)
Subtotal	33.722		(295.545)	207.918	711.381
Total Líquido	(2.216.362)		(2.232.036)	(2.232.036)	(2.232.036)

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2022 atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$2.216.362 que serve

para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos; dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente positivo de R\$2.216.362 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros 30 de setembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(2.913.778)		(2.913.778)	(2.913.778)	(2.913.778)
Variação Dívida					
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	3.264.474		3.264.474	3.264.474	3.264.474
Variação - Taxa de Juros	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(3.031.077)		(3.031.077)	(3.283.924)	(3.533.393)
Variação - CDI	-		-	(252.847)	(502.316)
Subtotal	233.397		233.397	(19.450)	(268.919)
Total Líquido	(2.680.381)		(2.680.381)	(2.933.228)	(3.182.697)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2.016.638	Alta CDI	277.288	346.610	415.932
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.293.724)	Alta CDI	(315.387)	(394.234)	(473.081)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.663.351)	Alta CDI	(503.711)	(629.639)	(755.567)
	(3.889.027)	Alta IPCA	(159.061)	(198.826)	(238.592)
	(30.329)	Alta INPC	(1.310)	(1.638)	(1.965)
	(646.071)	Alta TR	(7.236)	(9.045)	(10.854)
Subtotal (1)	(10.522.502)		(986.705)	(1.233.382)	(1.480.059)
Total - perdas	(8.505.864)		(709.417)	(886.772)	(1.064.127)

(1) Considera o CDI de 30 de setembro de 2023 (13,75% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2022 TR 1,12% ao ano, INPC 4,32% ao ano e IPCA 4,09% ao ano.

Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$332.276.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, antecipando para futuras necessidades de caixa.

33. Benefícios pós emprego - consolidado

33.1. Plano de aposentadoria e pensão

A controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

No período findo em 30 de setembro de 2022, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$13.770 (R\$12.038 em 30 de setembro de 2021) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período no consolidado.

33.2. Prêmio e gratificação de aposentadoria

A controlada ETO, em Acordo Coletivo de Trabalho, concede aos seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

No período findo em 30 de setembro de 2022, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$44 (R\$25 em 30 de setembro de 2021) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período no consolidado

33.3. Plano de saúde

As controladas mantêm benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No período findo em 30 de setembro de 2022 as despesas com o plano de saúde foram de R\$48.915

(R\$36.694 em 30 de setembro de 2021) no consolidado. Inclui R\$1.684 (R\$4.767 em 30 de setembro de 2021) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

34. Compromissos - consolidado

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia ⁽¹⁾					
	Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	230.136	835.554	823.134	787.199	8.563.286
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	615.817	2.274.905	2.319.130	2.006.661	18.014.168
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	133.547	455.143	446.422	420.172	5.675.842
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2022 a 2054	327.675	1.133.06	1.117.012	1.069.968	12.476.423
		1.307.175	3.565.602	4.705.698	4.284.000	44.729.719

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do período findo em 30 de setembro de 2022, foram homologados pela ANEEL.

35. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	30/09/2022	30/09/2021
Numerador		
Lucro líquido do período - controladora	1.173.896	1.159.842
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	2.110.323	2.110.323
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$⁽¹⁾	0,56	0,55
Lucro líquido do período - consolidado	1.616.743	1.574.135
Resultado da operação continuada		
Acionistas da controladora	1.173.896	1.159.842

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor

36. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	30/09/2022	31/12/2021
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de Ativos	889.454	614.455
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	235.958	509.614
Atividades operacionais		
Pagamento de fornecedores	118.554	67.839
Incorporação de redes	128.913	51.975
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	(5.022)
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	118.554	67.839
Incorporação de redes	128.913	51.975
Intangível - CPC 06 (R2)	-	(5.022)

37. Eventos subsequentes

37.1. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de outubro e novembro de 2022, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

37.2. Empréstimos Contratados

Em 21 de outubro de 2022 as controladas EMT e ESS captaram junto ao Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo a importâncias de R\$257.811 e R\$64.452 correspondentes a USD49.200 e USD12.300 dólares americanos, respectivamente com remuneração de 5,2517% ao ano, com vencimento em 21 de outubro de 2025. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,40% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

37.3. Contrato de prestação de serviços- controladas

Contrato de prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA para as unidades do Grupo Energisa, firmado no valor total de R\$8.951. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027, conforme segue.

Controladas Distribuidoras de energia elétrica:	Valor do contrato
Energisa Mato Grosso	3.116
Energisa Mato Grosso do Sul	1.945
Energisa Sul Sudeste	1.945
Energisa Tocantins	1.945
TOTAL	8.951

37.4. Antecipação de dividendos do exercício de 2022

Controladora

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 10 de novembro de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2022, no montante de R\$400.961, equivalentes a R\$0,19 por ações ordinárias e preferenciais do capital social. Os pagamentos serão efetuados em 28 de novembro de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 16 de novembro de 2022.

Controladas

As controladas abaixo, aprovaram em 09 e 10 de novembro 2022, a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2022, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação (R\$)	Tipo de ação	Data pagamento
Energisa Mato Grosso	313.087	1,43	ON / PN	24/11/2022
Energisa Mato Grosso do Sul	143.036	221,07	ON	a partir de 10/11/2022
Energisa Sul Sudeste	31.594	325,34	ON	a partir de 11/11/2022
Energisa Tocantins	62.483	95,89	ON / PN	a partir de 10/11/2022
Rede Power	51.385	195,4640916439	ON	a partir de 11/11/2022

--- * ---